

----- REUNIÃO DE CONTINUAÇÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ALVALADE INICIADA NO DIA TRINTA DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E UM -----

----- **ATA NÚMERO CINCO** -----

----- (Mandato 2021-2025) -----

----- Aos seis dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e dois reuniu, em sistema de videoconferência, a Assembleia de Freguesia de Alvalade, sob a presidência do seu Presidente, José Luis de Rezende Moreira da Silva, coadjuvado por Teresa Alexandra de Campos Aguiar Gameiro, Primeira Secretária, e por Maria Regina da Costa Moreira Lagoá de Araújo Santos, Segunda Secretária. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Membros: -----

----- **Do Partido Socialista (PS)** – José Pedro Pires Ferreira, José Alberto da Conceição Reis, Susana Marina Soares Paulo, Mário Joaquim de Sousa Freitas Gomes Branco, Rita Amélia de Freitas Cavaleiro Madeira e David Filipe dos Santos Pinto. -----

----- **Do Partido Social Democrata (PSD)** – Miguel Ângelo Ribeiro Henriques e Ana Raquel da Silva Vidreiro Nogueira Pelicano. -----

----- **Do Centro Democrático Social – Partido Popular (CDS-PP)** – Filipe Bento Damasceno Monteiro Moreno e Carlos Roque do Rosário Rêgo. -----

----- **Da Coligação Democrática Unitária (CDU)** – Sérgio Machado Morais de Oliveira e Frederico Jorge de Passos e Castro Fernandes Lira. -----

----- **Do Bloco de Esquerda (BE)** – José Leonardo Baptista Rodrigues. -----

----- **Da Iniciativa Liberal (IL)** - Manuel Aires de Matos Almeida dos Santos. -----

----- **Do Movimento “Mudar Alvalade” (MMA)** - Nuno Manuel Pires Caiola Marçal Lopes. -----

----- **Do Partido “Chega” (Chega)** - José Augusto Vaz. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Membros: -----

----- Margarida Alexandre do Nascimento Afonso, que justificou a sua ausência e foi substituída por David Pinto. -----

----- Às vinte e uma horas, constatada a existência de *quórum*, **o Senhor Presidente da Assembleia** declarou aberta a reunião. -----

----- Informou que o CDS-PP tinha feito chegar dois pedidos para criação de comissões. Estava a reunir todas as propostas neste sentido e faria posteriormente uma proposta. Todos aqueles que quisessem apresentar propostas fizessem-lhe chegar e depois reuniriam os representantes dos grupos políticos e do movimento de cidadãos antes da próxima Assembleia para definir essa matéria e levar à apreciação da próxima Assembleia. -----

----- De seguida deu continuação à Assembleia com o Ponto 2 da Ordem do Dia. -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA (continuação)** -----

----- **Ponto 2 – Apreciação, discussão e votação da proposta de celebração de adenda ao contrato interadministrativo de delegação de competências celebrado entre a Junta de Freguesia de Alvalade e a Câmara Municipal de Lisboa, no âmbito do Fundo de Emergência Social - regime extraordinário de apoio aos agregados familiares face ao COVID-19;** -----

----- Pedindo o uso da palavra, foi concedido ao Senhor Presidente da Junta. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que estava explícito nos considerandos e na proposta. Os CDCs, como todos sabiam, caducavam com o fim de mandato e a CML, no âmbito das medidas Covid, aprovou uma proposta em novembro. Já ia na sequência de medidas anteriores tomadas pelo Governo e pela CML e todas as Juntas de Freguesia

eram destinatárias dessas medidas e tinham que assinar para poder utilizá-las em contratos de delegações de competências.-----

----- Iam à Assembleia de Freguesia nesse contexto, para ratificação, porque as medidas começaram logo a ser aplicadas devido às dificuldades das famílias, face à situação extraordinária que decorria do Covid e à perda de rendimentos, aliás bem detalhadas no contrato em anexo. Entendeu-se que não deviam perder essa oportunidade e, como era prática noutras Freguesias, proceder depois à ratificação nos termos da Lei.-----
Pedindo o uso da palavra, foi concedido ao Membro do PS.-----

----- **Membro Mário Branco (PS)** disse que esse contrato já o anterior Executivo tinha celebrado com a CML em face das necessidades das famílias resultantes da pandemia, pelo que naturalmente o PS votaria a favor da sua continuação.-----
Pedindo o uso da palavra, foi concedido ao Membro da CDU.-----

----- **Membro Sérgio de Oliveira (CDU)** disse esperar que a situação pandémica melhorasse e que pudessem ter a próxima reunião já ao vivo, porque era mais enriquecedora e não excluía moradores que pudessem participar. Pensava que as reuniões seriam mais ricas e até acabariam por demorar menos tempo.-----

----- Quanto ao FES, a CDU também iria votar favoravelmente. O Fundo de Emergência Social era muito importante e valorizavam. Juntamente com outras respostas sociais podiam fazer a diferença no apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade.-----

----- Era uma resposta de emergência e devia ser encarada de forma pontual, mas também era preciso considerar outras propostas locais que procurassem a inserção e a alteração da condição da vulnerabilidade das pessoas com vista à sua integração, fosse no trabalho, na habitação, apoio educativo, alimentar ou outros.-----

----- O objetivo de todas essas medidas devia ser criar condições para a melhoria das condições de vida, independente e autónoma.-----

----- Os eleitos da CDU na Câmara e na Assembleia tinham votado a favor das propostas do FES-Famílias e procurado também apresentar propostas para clarificar as regras de atribuição desses apoios e adequá-los à realidade atual, para que pudessem chegar a mais pessoas em situação de vulnerabilidade.-----

----- Nesse sentido também os Vereadores do PCP na Câmara apresentaram uma proposta com vista à avaliação e revisão do FES e que foi aprovada por unanimidade. --

----- Deviam avaliar e rever o FES e a Junta devia ter um papel importante nessa revisão. Não sabia se esse tema já foi abordado junto da Câmara, mas se não foi devia ser prioritariamente abordado com a Câmara.-----

Pedindo o uso da palavra, foi concedido ao Senhor Presidente da Junta.-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** esclareceu que ainda não foi abordado porque o Orçamento, Plano de Atividades e GOP da Câmara Municipal de Lisboa foram aprovados recentemente. Estavam a começar as reuniões das comissões da Assembleia Municipal e a análise do Orçamento e das GOP.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Proposta de celebração de adenda ao contrato interadministrativo de delegação de competências celebrado entre a Junta de Freguesia de Alvalade e a Câmara Municipal de Lisboa, no âmbito do Fundo de Emergência Social - regime extraordinário de apoio aos agregados familiares face ao COVID-19, tendo a Assembleia deliberado aprovar por unanimidade.**-----
De seguida passou ao Ponto 3 da Ordem do Dia.-----

----- **Ponto 3 – Apreciação, discussão e votação da autorização de celebração de protocolo de colaboração entre a Freguesia de Alvalade e Associação para a Defesa e Desenvolvimento do Campo Grande (ADECAM);**-----

Pedindo o uso da palavra, foi concedido ao Senhor Presidente da Junta.-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que essa proposta decorria também do mandato anterior e visava a atualização de um protocolo com várias associações. A ADECAM tinha algumas atividades, bastava consultar o site dessa associação, do interesse da vida social e cultural da Freguesia. Essa proposta ia assinada pelo Presidente anterior e entendeu-se, tendo em consideração os critérios aplicados e que não tinha custos financeiros para Freguesia, que fazia todo o sentido assinar o protocolo com a ADECAM. -----

----- O protocolo visava regularizar a utilização de espaços no Centro Cívico Edmundo Pedro e não tinha qualquer verba envolvida em matéria de apoio financeiro. ----- Pedindo o uso da palavra, foi concedido ao Membro do PS. -----

----- **Membro Mário Branco (PS)** disse que a ADECAM era uma associação existente desde 1994, criada no Campo Grande na altura. Atualmente já tinha quase um terço da sua vida a servir os cidadãos da Freguesia de Alvalade, já depois da reorganização administrativa. Ao longo desses anos puderam testemunhar a importância na vida social e cultural da Freguesia e era com muito gosto que viam esse protocolo de cooperação, pelo que naturalmente o PS votaria a favor.-----

Pedindo o uso da palavra, foi concedido ao Membro do MMA.-----

----- **Membro Nuno Lopes (MMA)** disse que o “Mudar Alvalade” respeitava muito a ADECAM, tinha um grande apreço pelo seu trabalho. Iria votar favoravelmente, mas gostaria de deixar uma crítica construtiva. -----

----- A colocação dessa entidade no Centro Cívico Edmundo Pedro, bem como todas as outras que lá existiam, não era a melhor opção. Podia ser uma opção provisória, mas uma associação desse género ficaria mais bem localizada no espaço Maria Matos, que era uma das propostas do “Mudar Alvalade” de o tornar um espaço próprio, público e para mais entidades e coletividades da Freguesia. Atualmente o Maria Matos só servia uma entidade e uma entidade destas ficaria mais bem servida nesse espaço. -----

----- Em relação ao Centro Cívico Edmundo Pedro, já tinha dito que precisava de alterações e iria continuar com essa proposta. Todos sabiam que em 2013 com a agregação das Freguesias, curiosamente cada uma das três Freguesias já tinha uma sede, mas o anterior Executivo, não contente com três sedes, ainda quis fazer mais uma. Foi um gasto exorbitante de dinheiro desnecessário porque bastava ter aproveitado uma sede qualquer, mas não se contentou com três e foi fazer mais uma. -----

----- Atualmente o Centro Cívico Edmundo Pedro era um projeto falhado do anterior Executivo. Era um espaço completamente ao abandono e a opinião do “Mudar Alvalade” era que servia muito mais passar a ser um espaço cidadão para todos os moradores de Alvalade. Iria votar a favor da proposta, mas era isso que queria deixar expresso.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Autorização de celebração de protocolo de colaboração entre a Freguesia de Alvalade e Associação para a Defesa e Desenvolvimento do Campo Grande (ADECAM)**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**.-----

Passou de seguida ao Ponto 4 da Ordem do Dia.-----

----- **Ponto 4 – Apreciação, discussão e votação dos documentos de prestação de contas do ano de 2021, respeitante ao período de 01 de janeiro de 2021 a 19 de outubro de 2021;**-----

Pedindo o uso da palavra, foi concedido ao Senhor Presidente da Junta.-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que era o cumprimento de uma obrigação legal que estabelecia no termo do mandato a apresentação de um relatório para apreciação e fiscalização do Tribunal de Contas. -----

----- Não era um documento que tivesse sido elaborado pela Junta de Freguesia, foi elaborado pelo ROC nos termos da Lei. A Junta enviou atempadamente, porque havia um prazo para ser enviado ao Tribunal de Contas, e deu-se nota que por razões perfeitamente entendíveis, quando a Assembleia de Freguesia se pronunciasse a Junta de Freguesia iria enviar a deliberação sobre a matéria.-----

----- Quem acompanhou mais esse dossier foi o Senhor Tesoureiro, por razões óbvias e pelas funções que tinha. Se entendessem que havia esclarecimentos a prestar seria mais competente o Senhor Tesoureiro fazer.-----

----- Estavam a dar conhecimento de um relatório que devia ser feito nos termos legais e enviado para as entidades competentes.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** esclareceu que o documento foi elaborado pela Junta de Freguesia, mas no anterior mandato.-----

----- O documento foi enviado ao Tribunal de Contas e faltava só a deliberação da Assembleia de Freguesia, que era o que estavam a fazer.-----

Pedindo o uso da palavra, foi concedido ao Membro do MMA.-----

----- **Membro Nuno Lopes (MMA)** disse que, conforme referido pelo Senhor Presidente da Junta, o relatório não tinha sido elaborado pelo atual Executivo, de maneira que as questões que iria colocar eram dirigidas ao PS e ao PCP, ao anterior Executivo.-----

----- A primeira questão referia-se ao quadro de demonstração de resultados. Na rubrica de gastos com pessoal relativamente a 2020 havia uma redução de 15% e tinha ido verificar o mapa de trabalhos, pensando que tinha havido o despedimento de vinte ou trinta trabalhadores, mas para seu espanto verificava que o quadro de pessoal era exatamente o mesmo e até aumentou ligeiramente.-----

----- Na rubrica de fornecimentos externos, curiosamente, havia um aumento de meio milhão de euros e os 15% equivaliam a meio milhão de euros. Nos fornecimentos externos havia um aumento de 14%, mais ou menos um valor igual relativamente a 2020. Parecia que havia uma rubrica a compensar a outra e a compensar alguém, de maneira que isso deixava certas dúvidas e a pergunta era como o PS e o PCP explicariam essas divergências.-----

----- Segunda questão era relativamente ao quadro de investimentos do relatório de gestão, na página 20, uma rubrica relativa ao pavilhão municipal da Freguesia de Alvalade com um valor de 1.063.357,30 euros. Contudo, tinha ido ver o contrato inicial com a Tecno-Paços de 13 de outubro de 2015 e era de 747.000 euros. Reparava-se numa derrapagem de 45% num valor de 316.577,30 euros. Ficava a pergunta de qual era a explicação para essa derrapagem.-----

----- Indo para a rubrica do complexo municipal de São João de Brito era um pouco mais grave. O anterior Executivo apresentava um valor de 1.476.444,38 euros, mas indo ver o contrato inicial também com a Tecno-Paços era de 811.047 euros, isso em 17 de outubro de 2016. Nesse caso havia uma derrapagem de 85% num valor de 665.000 euros, mais ou menos.-----

----- Só em derrapagens tinham perto de um milhão de euros e parecia que a Tecno-Paços teve um bónus de duas empreitadas, o que também era uma coisa curiosa e que gostava de questionar. Podia acontecer, mas não era normal.-----

----- Deixava uma questão ainda mais grave, mais uma vez relacionada com a Tecno-Paços. A Tecno-Paços recebia da Junta de Freguesia de Alvalade, antes do início das obras, uma verba aproximadamente de 425.000 euros, e o resultado era que a Tecno-Paços não iniciava os trabalhos, abria insolvência e ficava com 425.000 euros do erário público.-----

----- De momento não havia acesso aos contratos no portal, estava tudo bloqueado. Se calhar só quando o PS saísse do Governo teriam acesso a esses contratos. De maneira que gostava de perguntar se constava do contrato o valor de uma transferência tão avolumada antes do início dos trabalhos. Não tinha acesso aos contratos e se a Junta de Freguesia pudesse facultar, agradecia. -----

----- Perguntou se o Tribunal de Contas tinha autorizado uma transferência desse valor, o que duvidava, e se foi apresentada queixa no Ministério Público. -----

----- Ficavam essas três questões, juntamente com o pedido de explicação do porquê dessas derrapagens. -----

----- Outra questão referia-se com o quadro de transferências e subsídios no relatório de gestão, na página 17. Havia um quadro com um valor de mais ou menos 310.000 euros para trinta e quatro entidades e uma coisa tinha chamado a sua atenção e que o deixou um pouco chocado. Realçava a discrepância e a discriminação de atribuição de subsídios, que deixava muitas dúvidas nos critérios aplicados. -----

----- Podia dar o exemplo de uma associação que não conhecia, que não era sequer de Alvalade, até tinha alguma dificuldade em pronunciar o nome que nunca tinha ouvido, com sede na Rua da Madalena, criada em 20 de junho de 2020, mal tinha um ano, a quem foi concedido um contrato aprovado em 2 de setembro de 2020, quando toda a gente estava de férias, por maioria PS e PCP. Tinha apenas dois trabalhadores e a quem foi atribuída a maior verba das trinta e quatro entidades, de 64.500 euros. -----

----- Isso era uma vergonha, uma afronta para todas as coletividades que estavam na Freguesia. Por muito que dissessem que fez ou iria fazer, isso não fazia nenhum sentido, uma associação de fora da Freguesia de Alvalade passar à frente ou ter valores superiores, era algo que para si não fazia sentido. -----

----- Tinham recebido 38.700 euros e ainda assim era quem recebeu mais, ainda tinham mais 28.500 euros para receber. Essa associação recebia mais do que dezasseis associações e fazia questão de discriminar essas dezasseis associações muito importantes que ficaram para trás. Todas juntas não chegavam a esse valor:-----

----- A AAPCDM de Lisboa – 897 euros; a Associação de Estudantes da Faculdade de Medicina; a Associação Portuguesa de Apoio à Mulher com Cancro da Mama; a Casa do Concelho de Tomar; a Fraternidade Missionária Verbum Dei; a Lacross de Lisboa; a Refood: o Núcleo Cicloturista de Alvalade; a Associação de Pais da EB São João de Brito; a Associação de Encarregados de Educação da Escola 101; a Associação de Pais do Bairro de São Miguel; a Associação de Pais dos Coruchéus; o agrupamento de escolas Rainha Dona Leonor; o agrupamento de escolas de Alvalade; o agrupamento de escolas Virgílio Ferreira. -----

----- Todas essas associações receberam menos que uma associação que nem sequer era da Freguesia. Isso era uma vergonha e gostava de ouvir o PS a justificar quais eram os critérios de apoio, quem era essa associação e o que fazia. -----

----- Pedia ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia cópia do pedido de apoio, do plano de atividades e o cronograma físico-financeiro dessa associação. -----

----- Perguntou qual era a explicação lógica de atribuição desse subsídio. Havia uma grande discrepância, via o Rugby de São Miguel a receber 6.000 euros, o Fonsecas e Calçada 30.000, a MUSSOC – trabalhadores da segurança social 33.000 euros. Por muito que lhe dissessem que a contabilidade estava organizada e que apresentaram a faturação, isso era imoral e tinha que denunciar. -----

----- Não podiam só analisar a contabilidade na questão das faturas, que entregaram documentos e estava tudo certo. Não era bem assim. -----

----- Indo para o ponto 4, relativamente ao quadro dos contratos, tiveram que fazer um excel porque o quadro dos contratos estava todo desorganizado, não tinha lógica, não

estava por datas, não estava alfabética, não estava por valor, não estava nada. Ao fazer um excel deparou-se com um destaque para os gastos nos espaços verdes. A Junta de Freguesia gastou aproximadamente 1.700.000 euros com apenas duas empresas, 1.045.000 para uma e 616.000 para outra.-----

----- O “Mudar Alvalade” deixava um repto, que era uma coisa do seu programa, a Junta de Freguesia ter a sua equipa de trabalhadores de jardinagem e calceteiros. Perante esses valores não havia dúvidas que poderiam avançar por aí.-----

----- Mais, havia reparações e obras para empresas perto de 1.800.000 euros. Sabia que foi um altura de eleições e na opinião do “Mudar Alvalade” só demonstrava o despesismo, má gestão dos dinheiros públicos. Era uma questão de clientismo e nem mesmo assim conseguiram ganhar as eleições.-----

----- Quanto aos contratos com assessores, curiosamente na última reunião tinha ouvido o Membro do PCP a dizer que era a favor dos assessores e agora percebia porquê. Teve que estar a juntar tudo para poder perceber onde estava, porque se fosse pelo que o anterior Executivo apresentou dificilmente lá chegaria.-----

----- A jurista Carla Sofia da Silva Ventura recebeu, em dez meses, 94.273 euros. A Junta de Freguesia tinha três juristas e ficava perplexo, gostava que o PS explicasse, com tantos juristas, porque ainda iam fazer mais um contrato nesse valor. Se fossem a ver mensalmente essa jurista estaria a receber uma média de 9.222 euros mensais. Se tivessem que reverter isso, estavam a falar em 1600 horas, se fossem ver o valor hora mais ou menos aproximado, essa senhora tinha que fazer trabalhos em 1600 horas. Com três juristas, como era possível fazer 1600 horas? -----

----- O “Mudar Alvalade” gostava de pedir as cópias dos orçamentos e contratos atribuídos a essa pessoa, de maneira a poderem avaliar os trabalhos que foram executados, e que o PS explicasse a razão de já haver três juristas e ir contratar mais um.

----- Não ficando por aí, mais diretamente para o PCP, a Senhora Tânia Cortês era assessora do PCP e usufruiu uma média de 5200 euros por mês. Assim percebia porque o Membro Aquino de Noronha dizia que era a favor dos assessores. O “Mudar Alvalade” não era com certeza a favor desse tipo de assessorias, porque isso era imoral. Estavam a falar de uma assessora a receber 33 euros à hora, mesmo trabalhando quarenta horas por semana.-----

----- Solicitava o mapa de horas de trabalho dessa trabalhadora, ou assessora, folhas de presenças diárias, cronogramas, justificação de atividades exercidas ao longo dos dez meses.-----

----- Havia um valor que também deixava algumas dúvidas, o Senhor Bernardo Ribeiro, que julgava ser professor de educação física, usufruiu 37.000 euros aproximadamente, dava uma média de 3.600 euros por mês. Nem um professor em fim de carreira iria ganhar esse dinheiro. Essa era mais uma das situações que perguntava ao PCP, que tinha o desporto, como se justificavam esses valores.-----

----- Nesses quatro pontos gostaria que o PS e o PCP esclarecessem não só a si, como todos os fregueses e moradores de Alvalade.-----

Pedindo o uso da palavra, foi concedido ao Membro do PS.-----

----- **Membro José Ferreira (PS)** disse que os documentos foram produzidos após a tomada de posse. Foi o Executivo subsequente que, com os serviços, produziu todos os documentos que ali estavam. Era assim em todos os casos e, portanto, era de referir essa questão.-----

----- Quanto à indicação feita pelo Membro Nuno Lopes, a redução de 15% nas despesas com pessoal, havia que notar a coluna de 2020 ser referente ao ano inteiro e a coluna de 2021 era de 1 de janeiro a 19 de novembro. Isso estava lá referido e era facilmente explicado, era dito no relatório de gestão, como pelo revisor de contas.-----

----- A comparabilidade dos montantes não era direta, só seria direta quando estivessem a apreciar as contas do exercício total e daí sim se podia comparar uma coluna e outra. Portanto, era fácil explicar que as variações se explicavam, porque em 2020 os valores inscritos eram referentes ao ano inteiro e em 2021 eram referentes de 1 de janeiro a 19 de novembro. -----

----- Quanto aos serviços externos e algum aumento de despesa, eram referentes a contratos de delegação de competências, fosse o contrato 19/21 ou fosse o contrato adicional. Fizeram-se execuções durante os três anos e houve com certeza alguma concentração de obras em 2020. Essa delegação de competências foi à Assembleia de Freguesia no mandato anterior e foi aprovada por larga maioria.-----

----- O quadro referido na página 20 era um quadro de amortizações. Fosse o pavilhão concluído em 2018, fosse o complexo desportivo concluído em 2019, não diziam respeito a intervenções que decorreram no ano 2021. Quando as pessoas se punham a procurar informação num quadro que não dizia respeito a intervenções era natural que se criasse alguma confusão. -----

----- A empresa Tecno-Paços, no caso do complexo municipal de São João de Brito, teve uma revogação sancionatória do contrato, com a mobilização da garantia bancária. Estava a falar de memória e pensava que os arquivos estariam na Junta, mas eles acabaram por só executar 40 mil euros, foi mobilizada a garantia bancária que a Junta tinha de 5% da empreitada. Foram multados no máximo que se podia, foi-se à massa insolvente, porque essa empresa faliu com um pedido feito pela Força Aérea e teve que se lançar um novo procedimento de contratação, um concurso público. -----

----- Quem fez a obra do complexo desportivo de São João de Brito foi o empreiteiro ABB, na sequência de um concurso público e que teve o visto do Tribunal de Contas, como era normal.-----

----- Quanto ao pavilhão, quem ganhou essa empreitada foi a Tecno-Paços, que executou com muita deficiência, de tal sorte que quando a empreitada estava concluída a 80%, foi feito um conjunto de trabalhos a menos para se fazer a receção imediata, porque se sabia que a empresa estava em muitas dificuldades, tanto que insolveu praticamente na sequência. Atrasou muito a obra e foi multada. -----

----- Conseguiu-se chamar à honra duas garantias bancárias no montante de 80 mil euros, bem como faturação tomada da Junta para pagamento de multas que foram aplicadas, nesse caso foram cerca de 160 mil euros de multas aplicadas a esse empreiteiro. Depois teve que se contratar uma empreitada para concluir os 20% que faltavam, foi uma empreitada com muita dificuldade em concluir. -----

----- Havia um conjunto de obras que arrancavam a partir de 2016 e isso ocorreu não só na Junta de Freguesia de Alvalade, mas também na CML, sucedeu na escola do Bairro de São Miguel e na Teixeira de Pascoaes, também noutras obras pela cidade e pelo País, porque os empreiteiros agarraram os concursos com preços antes de 2016, depois a economia começou a crescer e os preços ficaram fora do mercado, eles tinham preços contratuais resultantes de concursos públicos.-----

----- Esse empreiteiro Tecno-Paços faliu, foi multado copiosamente. A Junta ficou com garantias bancárias e tomou como sua a faturação que estava em pagamento para acertar a multa que foi aplicada. No caso do complexo desportivo municipal de São João de Brito quem fez o global da obra não foi a Tecno-Paços, que praticamente não fez nada, teve que se lançar um novo concurso e naturalmente o preço contratual subiu porque o mercado tinha mudado. Isso foi visto nas contas de 2019 e nada mais tenha a dizer sobre esse processo. -----

----- Os dois equipamentos estavam em uso da população e de clubes e eram muito importantes para a vida da Freguesia.-----

----- Quanto à transferência que foi referida, essa associação ganhou um BIP-ZIP com a CML. Ainda nesse dia tinha visto uma notícia sobre esse projeto da estufa vertical existente no parque hortícola Aquilino Ribeiro Machado, que tinha também uma intervenção na estufa do Museu da Cidade, também apoiado pela CML para a economia social e economia circular, bem como agricultura urbana para apoio no âmbito do Bairro das Murtas e do Bairro São João de Brito.-----

----- Nas GOP e no Plano de Atividades isso mesmo era referido pela Junta de Freguesia, aliás como viram no passado dia 30. Esse projeto era assinalado e muito bem como importante, bem como a extensão do parque hortícola Aquilino Ribeiro Machado, pelo atual Executivo. Já tinha falado com o Vogal Tomás Gonçalves e certamente iria prosseguir esse projeto muito importante, fosse para o Bairro das Murtas ou para o Bairro São João de Brito, mas em geral para a afirmação da agricultura urbana no tecido da cidade e da Freguesia em particular.-----

----- A Junta participou nesse projeto. Os processos de atribuição de apoio eram públicos, estavam no ponto em que isso foi decidido, também estariam com certeza no arquivo da Junta de Freguesia. Esperava que a estufa e a expansão do parque hortícola pudesse prosseguir. Pensava que seriam 37 hortas e eram uma alegria para quem ali passeava. Que se pudesse desenvolver de uma forma a procurar também o emprego social e da agricultura urbana através da estufa, que a Junta pudesse prosseguir esse projeto. Valorizava bastante essa introdução no Plano de Atividades.-----

----- Havia uma confusão entre os serviços de manutenção dos espaços verdes da Junta de Freguesia, que era feita através de um concurso público com publicidade internacional, em que a RECOLT era um dos dois fornecedores. Tinha cinco dos seis lotes que foram patenteados nesse concurso e falaram disso na última sessão, era feito um concurso público. Antigamente era assim, não sabia como o atual Executivo iria fazer mas admitia, pelo menos, o que foi dito pelo Vogal Tomás Gonçalves na outra sessão, em que tinha ficado com a sensação que queriam seguir um procedimento similar.-----

----- Fazia-se um concurso público e através do júri que não era do Executivo, no seu tempo não era e acreditava que o atual Executivo não fosse alterar as circunstâncias, era feita a apreciação. O principal critério era o preço e bastava consultar o processo do concurso para ver que foi o melhor preço que se obteve em mercado.-----

----- Conforme tinha referido na outra sessão, a única crítica a respeito disso era que parecia estranho não haver do ponto de vista orçamental um aumento de preços tendo em conta que os fornecedores em geral, como era dito por várias entidades e quem lesse o Jornal Económico via essa sinalização da inflação gerada pelo aumento dos custos do trabalho e dos preços em geral, mas a manutenção era feita de forma tercearizada.-----

----- No Executivo por diversas vezes o PCP tinha defendido que esses serviços fossem internalizados, o BE também várias vezes referia isso. O PS respondia sempre da mesma forma, que a Junta de Freguesia não tinha instalações suficientes para se equacionar internalizar esses serviços. O posto de limpeza das Murtas podia ser o local, tinha-se sinalizado que a CML, no âmbito do eixo Campo Grande-Calvanas, iria fazer a expansão, pelo menos, do terreno em que o posto de limpeza estava implementado e alargar cerca de dois mil metros quadrados. Nessa sequência poderia ser estudado alargar as instalações, mas isso, até ao momento, não sucedeu. Tinha consultado o plano de atividades da SRU para 2022 e o processo do eixo Campo Grande-Calvanas, estava a aguardar priorização por parte da CML.-----

----- A solução que a Junta tomou nesses anos, não sabia como iria ser para a frente, mas pelo menos no Orçamento sinalizava que continuaria da mesma forma, era que continuava tercearizado.-----

----- A outra empresa ganhou vários concursos públicos que foram disputados para execução de obras no âmbito da delegação de competências com a CML, em que fizeram o corredor verde da Estados Unidos da América, com intervenção em vários logradouros, fizeram o jardim com o dog park e o espaço verde anexo à Paul Harris, na zona da Quinta dos Barros, fizeram a zona envolvente ao pavilhão, também na Quinta dos Barros. -----

----- Fizeram-se contratações por concurso público, houve várias outras propostas, a seleção foi feita pelo preço mais baixo, os procedimentos tramitavam em plataforma eletrónica, o Executivo não fazia parte dos júris dos procedimentos e o que fazia era tomar a decisão de adjudicar com base no relatório do júri, que era feito por trabalhadores, e os contratos eram executados. -----

----- A empresa fez obras que a Junta de Freguesia tinha obrigação de fazer na sequência da celebração de contratos de delegação de competências com a CML. Desse ponto de vista nada a dizer. -----

----- Quem acompanhava a vida da Junta de Freguesia de Alvalade e que pudesse seguir os trabalhos nesses oito anos, com cuidado de olhar para os pontos que eram deliberados no Executivo, talvez conseguisse perceber melhor o que se passava nessas coisas em vez de tentar adivinhar aquilo que via num quadro. -----

----- Quanto à temática dos assessores, todos os valores indicados pelo Membro Nuno Lopes eram para a totalidade dos contratos. No caso da Doutora Sofia Ventura foi para três anos com dois contratos, no caso da Doutora Tânia Cortês foram para três anos, no caso do Bernardo também seria um contrato para três anos. Quando se dividia três anos por dez meses as contas não davam muito certo e na ânsia de querer encontrar alguma coisa para apontar não se tinha a serenidade de pensar bem o que se estava a fazer. -----

----- Sabia que tinha ido ver ao base.gov e por isso encontrara os 94.000 euros de três anos de prestação de serviços, que eram de 2075 euros por mês. A Doutora Sofia Ventura era de assessoria jurídica ao Executivo e a Doutora Tânia Cortês era assessoria aos Vogais do PCP. A Doutora Sofia Ventura também foi durante esse tempo advogada da Junta de Freguesia e tinha uma avença por 800 euros mais IVA. -----

----- Esses eram os contratos que estavam disponíveis no base.gov, não sabia se ele já estaria a funcionar novamente, na altura foi suspenso porque havia dados pessoais disponíveis para todos. Por exemplo os dados do Senhor Presidente da Junta de Freguesia estavam lá expostos, com um contrato que teve com a Câmara da Guarda, porque num deles, a Câmara teve esse cuidado e noutro não. As pessoas não tinham que ter o seu bilhete de identidade exposto na internet. -----

----- Os contratos estavam lá, estavam todos referidos, a Junta de Freguesia tinha os seus dados pessoais ocultados e cumprindo a Lei da Proteção de Dados, protegendo os dados fundamentais das pessoas, mas não havia mais nada desse ponto de vista. -----

----- Os assessores eram necessários para o trabalho do Executivo, não tinha nada contra isso em particular. As decisões que o Executivo tomava tinham incidência jurídica e era natural que os eleitos tivessem a segurança jurídica para as decisões que tomavam. O âmbito do Executivo era diferente do âmbito dos serviços, a Junta de Freguesia tinha três juristas de quadro que faziam a tramitação administrativa dos procedimentos de contratação, faziam a tramitação dos processos dos recursos humanos, as decisões tomadas pelo Executivo tinham que ter segurança jurídica para o fazer. -----

----- O atual Executivo também teria assessores, era normal que assim fosse, nada movia contra isso. -----

----- Os Vogais do PCP exerceram o seu mandato sempre em regime de não permanência, durante oito anos ganhavam senhas de presença de 25 euros, com duas ou três reuniões por mês e mantiveram a sua profissão. No meu caso também estivera

durante oito anos em regime de não permanência, mantendo sempre a minha profissão. Os atuais Vogais também seriam em não permanência ou em regime de meio tempo, mantendo as suas atividades profissionais. Era natural que houvesse assessores a fazer o apoio e que estivessem lá permanentemente para quem tinha a responsabilidade de tomar decisões tivesse a segurança daquilo que estava a ser feito. -----

----- A ideia de empolar os valores de assessoria, concentrando em dez meses coisas que eram de trinta e seis meses, compreendia que pudesse não ter acesso ao contrato, compreendia que fosse interessante intelectualmente e fizesse salivar o Membro Nuno Lopes por encontrar um valor tão grande, mas na verdade era para trinta e seis meses e nada dos valores que referia. -----

----- Pensava que teria respondido às questões e naturalmente o PS votaria a favor dessas contas, que foram uma boa execução. -----

Pedindo o uso da palavra, foi concedido ao Membro da CDU. -----

----- **Membro Frederico Lira (CDU)** disse que era um prazer a sua primeira intervenção ser ligada às questões da transparência. O Membro José Ferreira já tinha respondido bastante cabalmente à pergunta que foi endereçada. -----

----- As pessoas foram contratadas, um assessor e uma técnica superior, de acordo com as tabelas em funções públicas, os documentos eram públicos e podiam ser consultados no site da Junta. Eram valores brutos e tinha que ser deduzida a segurança social, impostos, não tinham férias. Havia uma série de questões a ser consideradas, levando a que o valor não fosse essa exorbitância. -----

----- No caso da CDU foram dois Vogais em regime de não permanência e o apoio era essencial quando os assuntos eram bastante específicos, técnicos e podiam ser demorados. -----

----- Não seriam precisos mais esclarecimentos em relação a esse ponto e ficava por aí, deixando só uma pergunta ao Senhor Presidente da Junta em relação a esse ponto no seu todo. Estava a acompanhar a ordem de trabalhos um parecer da Junta, não se referiu a isso em relação à votação da Assembleia e esperaria por essa resposta antes de intervir outra vez. -----

Pedindo o uso da palavra, foi concedido ao Membro do MMA. -----

----- **Membro Nuno Lopes (MMA)** disse que havia coisas que não o convenceram e queria dizer ao Membro José Ferreira que sobre o que ganhavam ou deixavam de ganhar, estavam ali de livre vontade e não valia a pena ir para ali dizer que ganhavam por senhas. Ganhavam 18 euros por reunião e não estava ali pelos 18 euros, esse tipo de argumento para si não servia. Se o Membro José Ferreira não estava contente, tinha bom remédio, que saísse. -----

----- Tinha-se referido que a empresa faliu e que foram buscar as garantias bancárias, mas de uma empresa que faliu? Só podia estar a brincar. -----

----- Também tinha elencado uma coisa importante e ainda bem que o fez, que as obras do pavilhão de Alvalade, anteriores ao concurso do parque de jogos de São João de Brito, correram mal. Com uma empresa em que as obras corriam mal e iam escolher outra vez a mesma empresa? -----

----- Uma coisa que não tinha respondido era por que razão faziam uma transferência de 425 mil euros para uma empresa que nem sequer iniciou os trabalhos. Os trabalhos tinham que ser pagos conforme eram executados, mas não executaram nada e isso era uma coisa que tinha de ser averiguada mais a fundo. Também não tinha respondido se foi aberta alguma queixa no Ministério Público. -----

----- Relativamente ao quadro, dizia que era só até outubro e havia uma diferença de dois meses e com uma diferença de meio milhão de euros. Sendo assim fazia uma pergunta: nos serviços externos, como havia um aumento, eram menos dois meses e

devia ser ao contrário. Porque é que foi mais meio milhão de euros? Não tinha lógica a explicação. A explicação deveria ter sido no mesmo sentido, que era menos, mas não foi. -----

----- Quanto às coletividades, o apoio que deram à associação que o Membro José Ferreira tanto defendeu, só podia responder que as outras coletividades e os fregueses ouviram a resposta e cada um teria que fazer as suas ilações. Não dizia mais sobre isso, porque já disse o que tinha a dizer. -----

----- Não era que eles não merecessem, não quisessem fugir à sua questão, mas era a discrepância que atribuíam a uns e a questão dos critérios, como uns tinham tanto e outros não tinham nada. Era só isso que questionava e não foi respondido. -----

----- Relativamente à RECOLTE, a Junta de Freguesia nos documentos que apresentava não distinguia e também não conseguia distinguir, mas isso era uma falha da Junta. Não tinham percebido bem a sua questão, o que estava em causa era que, bem ou mal, gastou-se o dinheiro e foi para os espaços verdes. Se um era de manutenção não interessava, foi investido em espaços verdes. -----

----- Nesse caso, nem era dirigido ao Membro José Ferreira, era mais diretamente ao atual Executivo, equacionar se valeria a pena gastar tanto dinheiro em espaços verdes e não ter equipa própria de jardineiros. -----

----- Podia ser uma falha sua e se fosse corrigia, mas relativamente aos assessores diziam que era para três anos. Então deviam ter especificado que era três anos, mas o que via na rubrica era que dizia ser referente a dez meses e o que perguntava era nos dois anos anteriores como teriam justificado a saída do dinheiro. Se era um contrato de três anos deviam ter recebido. Pelo que tinham respondido só estavam a justificar o último ano. -----

----- A questão da assessora era o três mais um, já tinham lá três. Os fregueses soubessem que não era nada mais nem menos do que uma assessora que o Membro José Ferreira, quando estava destituído como Presidente, queria colocar lá como assessora para ganhar 2100 euros mais IVA e não era durante três anos, era por mês. Era bom dizer isso à população, uma assessora a ganhar 2100 euros só para fazer assessoria à Mesa da Assembleia. Essas coisas não se podiam ocultar. -----

----- A resposta não me convenceu. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** referiu que tinha interesse e era sempre bom debater esses assuntos, mas apelava a todos para que não ficassem ali num ping-pong sobre esse tema. -----

Pedindo o uso da palavra, foi concedido ao Membro do PS. -----

----- **Membro José Ferreira (PS)** disse que faria o ping-pong que fosse necessário e teria que responder sempre a essas interpelações. As contas eram evidentes e não precisavam dessas perguntas mas respondia com muito gosto. -----

----- Quanto às garantias bancárias, como o próprio nome indicava, eram suportadas por um banco. A empresa ia à falência, não pagava e ia-se buscar ao banco. Era exatamente isso, demandou-se os bancos que deram as garantias bancárias, que nesse caso teriam sido sociedades de garantia mútuas, que deram garantias bancárias a essa empresa. Entre 40 mil euros do complexo desportivo de São João de Brito e 80 mil do pavilhão pediu-se a honra de três garantias bancárias com o total de 120 mil euros. -----

----- Foram pagas e estavam nas contas da Junta, esse dinheiro entrou na Junta de Freguesia suportado no caso por uma sociedade de garantia mútua. Eram garantias do tipo à primeira chamada. Com certeza o Senhor Presidente da Assembleia podia explicar bem como isso funcionava juridicamente, certamente não ia dar um parecer sobre garantias bancárias mas foi assim que sucedeu. -----

----- Era para isso que existiam as garantias bancárias. Aliás era uma obrigação que decorria do Código dos Contratos Públicos, quando se fazia um contrato de empreitada era necessário receber 5% para garantir boa execução, que depois era transformada ao longo do tempo em 10% para garantia da obra. -----

----- **Membro Nuno Lopes (MMA)** disse que também caducavam. -----

----- **Membro José Ferreira (PS)** explicou que as garantias do tipo à primeira chamada não caducavam. Só se a entidade que as tinha as devolvesse à entidade que prestava a garantia. Era por isso que se diziam à primeira chamada, quem fazia um bom contrato de empreitada tinha uma garantia válida à primeira chamada e só devolvia depois da receção definitiva da obra. -----

----- Nesse caso o empreiteiro tinha-se portado mal duas vezes, uma no pavilhão e outra no complexo, e foi copiosamente multado e em tudo o que foi possível agarrar, não foram só as garantias bancárias, houve também faturação da Junta para pagamento de multas. -----

----- Sobre as obras serem de volume maior em 2021 do que em 2020, era natural porque houve maior execução de obras em 2021. Apesar da execução de 2021 dizer respeito apenas de 1 de janeiro a 19 de novembro, as obras foram concluídas nesse ano em maior volume. Aliás, 2020 era passado em saldo consignado perto de um milhão de euros, porque se recebeu da Câmara mas não se executou em igual velocidade. -----

----- Se fossem comparar apenas os valores referentes à manutenção corrente, dos tais contratos da RECOLTE, esses tinham que ser iguais, porque o contrato foi feito por dois anos, os valores eram mensais e iguais nos dois anos. -----

----- Quanto ao apoios, se fossem às contas de 2020 havia um apoio ao Centro Paroquial de São João de Brito de mais de 60 mil euros para financiamento da obra da creche-berçário onde tinha o jardim de infância, que aumentou as valências para creche. -----

----- Acontecia e certamente também aconteceria com o atual Executivo que existiam apoios a instituições, fossem culturais, sociais desportivas, que eram anuais e que todos os anos havia pedidos de apoio para a atividade corrente dessas entidades. Se somassem o volume de apoios feito ao longo do mandato certamente seria sempre superior. Depois havia apoios a projetos que eram apresentados com uma incidência concreta num ano e faziam um volume maior nesse ano. -----

----- Se vissem as entidades que eram apoiadas todos os anos para a atividade corrente, que no caso dos clubes era através de contratos de desenvolvimento desportivo, o apoio era um volume importante ao longo do mandato todo, porque tinha uma incidência corrente, todos os anos havia apoio. Outra coisa era um apoio pontual para uma atividade concreta e particular que a Junta entendia ser boa. -----

----- Com certeza o atual Executivo também as faria e bem, era uma avaliação política. Depois podiam discordar se aquilo se devia fazer ou não, mas isso era outra conversa. Podia não concordar com um apoio que a Junta de Freguesia ia dar a alguém, mas o apoio estava bem dado. Havia uma divergência na atividade que era feita, mas não havia nada de mal nisso, eram opiniões políticas e não tinham mal nenhum. Outra coisa era a lisura de como o apoio era atribuído, podiam ter a certeza que o apoio era bem atribuído e discordar da atividade, não havia nada de mal nisso e era uma coisa natural. -----

----- Uma coisa eram apoios pontuais e no caso apontado era disso que se tratava, outra coisa eram apoios correntes. Estar a comparar um apoio pontual com um apoio corrente era comparar “alhos com bogalhos”. -----

----- Sabia que o Membro Nuno Lopes estava muito focado nos 94 mil euros, mas no quadro não dizia 94 mil euros. O quadro que estava nas contas anexas, um quadro que saía do sistema informático de apoio à gestão, não tinha lá esse valor que era referido. Esse valor alguém lhe teria dito e foi retirado do base.gov, que era o site onde se

registavam os contratos pelo seu valor total, no caso os tais três anos. O que foi pago no último ano era referente a dez meses e dezanove dias. -----

----- A assessora Tânia Cortês só teria ficado até 15 de setembro porque foi fazer um doutoramento na sua área de atividade. O Bernardo ainda estava a prestar serviços à Junta de Freguesia de Alvalade, era uma pessoa que organizava as atividades desportivas da Freguesia de Alvalade e continuava a trabalhar coordenado pelo Vogal Paulo Doce Moura e, portanto, não tinha nenhuma incidência política a respeito. Aliás, não estava do ponto de vista do custo na orgânica da administração autárquica, era um custo do desporto. As faturas eram pagas de acordo com o trabalho executado. -----

----- Sobre um suposto adiantamento de 400 e tal mil euros à Tecno-Paço, não me recorde de nenhum adiantamento mas, caso houvesse, isso era possível através do Código de Contratos Públicos e tinha que haver uma garantia bancária para suportar. A obra que a Tecno-Paços conseguiu fazer, pelo menos até 80%, foi a obra do pavilhão e foi feita até 700 e tal mil euros, foi o que eles conseguiram executar. -----

----- Não desapareceram 400 e tal mil euros, a falta de 400 mil euros devia ser noutra obra qualquer que o Membro Nuno Lopes estivera envolvido. Ali não havia nenhuma falta, nem nenhum adiantamento. Nos oito anos em que estive e os empreiteiros iam pedir adiantamentos, dizia que podiam fazer todos os entendimentos do mundo, tinham era que dar uma garantia bancária de igual montante, quando acabasse, devolvia a garantia bancária. -----

----- As obras eram pagas com autos normalmente mensais, conforme a medição que a fiscalização verificava na obra. -----

----- Sobre a manutenção dos espaços verdes, quando se chegou em 2013, a maior parte dos espaços verdes eram muitos deles de origem, com dezenas de anos. Foi uma proposta que fizeram e que foi vencedora em 2013 e 2017, cumpriu-se o programa sufragado nessas duas ocasiões. -----

----- Compreendia que alguém não concordasse em fazer um jardim, era uma opinião, admitia que fosse tão válida como fazer a reabilitação de um jardim. O anterior Executivo foi eleito em 2017 com esse programa, executou esse programa, obteve fundos através de financiamento da CML, por delegação de competências. Certamente que o atual Executivo presidido pelo Presidente José Amaral Lopes iria também fazer delegações de competências com a Câmara, aliás estava sinalizado no Plano de Atividades. Teria muito gosto em vê-las debatidas na Assembleia de Freguesia. -----

----- Podiam dizer que queriam o jardim de uma forma ou de outra, ou porque se fez aquele jardim e não outro, isso eram opiniões. Muitas vezes haveria diferenças, se calhar outras nem por isso. Por exemplo a Coligação “Novos Tempos” fez várias atividades de campanha eleitoral num jardim que tinham reabilitado no Bairro das Estacas. Com certeza concordavam com a intervenção que foi lá feita, porque ilustrava de uma forma favorável a campanha eleitoral. Isso era normal e esperava que todos visitassem esse jardim todos os dias. -----

----- As senhas de presença que tinha referido eram as do Executivo, que eram um pouco diferentes das senhas da Assembleia de Freguesia. O trabalho feito pelos autarcas no Executivo, fosse a regime de tempo inteiro, meio tempo, com um valor para o Tesoureiro e um Secretário, ou a senhas, não representava o esforço enorme que todos os autarcas nessa e noutras autarquia prestavam de serviço a todos. -----

----- O que queria ilustrar era o esforço de todos os autarcas que estiveram no Executivo oito anos. Não lhes era permitido que estivessem dedicados a tempo inteiro e, portanto, precisavam de assessores para estarem, esses sim permanentemente, na Junta a verificar os serviços e as atividades que eram feitas e a planear as mesmas. Quem ganhava duas senhas por mês de 50 euros tinha que trabalhar noutra sítio porque isso não pagava

contas. Atualmente havia quatro Vogais no Executivo a meio tempo e com certeza que tinham as suas profissões e ainda bem que assim era. -----

----- Valorizava muito o trabalho de todos os autarcas. Podiam não concordar com o trabalho feito, porque se gostava de cores diferentes, mas não era isso que fazia muita diferença. Valorizava muito quem, mesmo que não concordasse, dava o seu melhor para cumprir a sua visão sobre um território. Isso era de valorizar em todos os autarcas que estiveram no passado, os que estariam no futuro, nessa autarquia e noutras. -----

Pedindo o uso da palavra, foi concedido ao Membro do PSD. -----

----- **Membro Miguel Henriques (PSD)** disse que tendo em conta as preocupações já elencadas pelo “Mudar Alvalade” relativamente aos mapas de contratações, subscrevia na íntegra todas as preocupações ali levadas à discussão. -----

----- Não valia a pena, como o PS já tentara fazer passar a ideia, que os documentos ali debatidos não apresentavam valores agradáveis apenas porque foram elaborados pelo atual Executivo e não por aqueles que estiveram na gestão da Junta anteriormente. -----

----- Se as contas apresentadas não agradavam ao PS, o que não parecia ser o caso, até porque manifestaram que votariam as mesmas a favor, a culpa não podia ser da Junta de Freguesia e sim de quem efetivamente ocupou os cargos de gestão no Executivo anterior. -----

----- De todo o modo e para que dúvidas não subsistissem no futuro, aguardariam atentamente os desenvolvimentos da auditoria a realizar, já aprovada pelo Executivo da Junta de Freguesia. A justiça iria pronunciar-se. Era uma postura de desresponsabilização, que desacreditava o poder local, afastava os cidadãos da política e nada abonava a favor do trabalho que se realizava. -----

----- Fazia parte dos documentos a aprovar o quadro de contratação, que foi feito para dez meses e não para três anos. O PS já tinha dito que iria aprovar e a justificação de que os valores lá inscritos eram para três anos e não para dez meses também não o convencia. -----

----- Advogados extra que eram contratados por quantias exorbitantes quando a Junta de Freguesia já tinha os seus advogados, empresas que ninguém conhecia nem se sabia qual era a atividade, criadas em agosto para receber mais do que qualquer outra associação de responsabilidade social na Freguesia, assessores da Junta contratados a receber mais do que assessores até do Primeiro-Ministro, uma assessora advogada que só em assessoria, de acordo com o mapa que estavam a discutir, por mês ganhava mais na Junta de Freguesia do que era pago por exemplo a um juiz de primeira instância. -----

----- Factos eram factos e esses dados constavam do mapa. A si cumpria analisar aquilo que lhe era apresentado e a sua conclusão era de que efetivamente se tratava dos resquícios da herança socialista do anterior Executivo. -----

----- Isso não era salivar à procura do erro, antes fosse não haver erros, eventualmente se calhar já estariam despachados. O objetivo era mesmo constatar os factos apresentados e tirarem as próprias conclusões. -----

----- Relativamente à gestão financeira do anterior Executivo já existia um relatório elaborado por um ROC, também contratado pelo anterior Executivo, não era um documento que estava para votação pela Assembleia, mas era importante mencionar alguns aspetos dele, tendo em conta a relação entre as suas conclusões e os documentos que estavam a discutir. -----

----- Havia que informar os cidadãos que esse relatório levantava algumas questões que também preocupavam a bancada do PSD, nomeadamente o incumprimento do princípio do equilíbrio orçamental e o incumprimento do reporte dos mapas financeiros para o SISAL. -----

----- Quanto ao desequilíbrio orçamental, em 2021 e até à tomada de posse do atual Executivo, a Junta de Freguesia gastou mais, não só do que tinha previsto, como também não acautelou receitas suficientes para essas despesas. Concluía esse próprio relatório, que a Junta de Freguesia apresentava um desequilíbrio nas suas contas superior a um milhão de euros. -----

----- Era uma conclusão de um independente, de um ROC, que acaba por ser inadmissível, quando se fala na gestão de dinheiros públicos. Essa conclusão consta na página 8 do relatório. -----

----- Percebia-se, e aí dava “a mão à palmatória”, que parte desse mais de um milhão de euros que a Junta gastou em excesso, se devia a pagamentos de empreitadas, os famosos CDCs, que supostamente seriam suportados pela CML na altura presidida por Fernando Medina e sob gestão do PS, valores que não foram recebidos pela Junta de Freguesia.---

----- A Câmara Municipal, que era de gestão socialista, não cumpriu com as suas obrigações de dotar a Junta de Freguesia com valores suficientes para levar a cabo determinadas contratações, etc., e o anterior Executivo da Junta de Freguesia, também socialista, acabou por encobrir esse buraco, eventualmente numa lógica de solidariedade partidária, mas essas eram as suas conclusões e cada um retirava daí aquilo que entendesse. -----

----- Pelo exposto, dizer que saúda a deliberação da Junta de Freguesia em avançar com uma auditoria financeira às contas do anterior mandato. Deixava também uma questão ao Executivo, de forma a não estarem apenas em discussão os erros do Executivo anterior, mas também para lançar uma luz de esperança para o futuro, perguntar que contactos estariam a ser encetados junto da CML para regularizar parte desse desequilíbrio orçamental. -----

Pedindo o uso da palavra, foi concedido ao Membro do PS. -----

----- **Membro José Ferreira (PS)** disse que não tinha falado em valores desagradáveis, o que tinha referido era que os documentos foram produzidos depois da tomada de posse, aliás como tinha que ser. Não era o anterior Executivo que produzia isso e fazia sentido até na ótica do próximo, controlar o anterior. Não havia nenhum valor desagradável, não tinha dito isso. -----

----- Não havia pagamentos a juristas com valores superiores aos assessores do Primeiro-Ministro. Como tinha referido por diversas vezes, o valor pago aos assessores era de 2075 euros, mais IVA. No quadro referido, não havia lá nenhum valor para três anos e o Membro Nuno Lopes foi buscar o valor ao base.gov, que tinha o contrato de três anos. O quadro anexo saía do sistema, porque os contratos estavam cabimentados e tinham compromisso, era feito o elencar no sistema para que os contratos pudessem ser pagos, não tinha lá nenhum valor desses que era referido e sim os montantes que estava a dizer, não tinha nenhum valor de 94 mil euros. -----

----- Os valores contratuais que estavam para pagamentos mensais eram de 2075 euros mais IVA e no caso da Doutora Sofia Ventura, como era advogada e fazia esse trabalho na Junta, aliás o contrato continuava a decorrer, tinha essa avença de 800 euros mais IVA. -----

----- Não havia lá nenhuma contratação por três anos, havia sim um contrato que estava compromissado no sistema informático da Junta para fazer o pagamento. Bastava ver esse contrato de 23 mil euros, cerca de 10 mil euros de dez em dez meses aproximadamente os tais 2075 mais IVA. -----

----- Portanto, não era referido nenhum montante exorbitante dos assessores do Primeiro-Ministro. Isso era uma coisa que não interessava. Para terem noção, um assessor da Câmara Municipal ganhava 3700 euros mais IVA a recibos verdes, de

forma provisória, era o habitual. Neste caso eram 2075 euros, nada dos montantes que foram referidos.-----

----- Também tinha sido dito que o ROC foi contratado pelo Executivo, mas podia dizer que o ROC era nomeado pela Assembleia de Freguesia. No dia a dia, o ROC trabalhava com o Executivo, quem contratava era o Executivo porque era quem podia contratar, mas o relatório do ROC era prestado à Assembleia de Freguesia, o que era normal nas empresas os revisores de contas responderem aos acionistas, nesse caso respondia à Assembleia de Freguesia.-----

----- O ROC foi nomeado, pensava que até votado por unanimidade, pela anterior Assembleia de Freguesia, até ao final do mandato. Certamente que em abril teriam uma proposta para revisor de contas apresentada pelo atual Executivo.-----

----- O que o ROC dizia na declaração de certificação de contas era que a receita foi de 7.292.446,53 euros e que as despesas foram no montante de 6.901.488,53 euros. As despesas foram inferiores às receitas.-----

----- A nota que era feita tinha a ver entre o equilíbrio da receita corrente e a despesa corrente, em que havia uma diferença de 1.251.662,91 euros, sendo certo que também notava o revisor de contas a existência de um saldo de gerência consignado a projetos do contrato de delegação de competências no montante de 538.320,12 euros. Esse contava para a receita corrente. Queria dizer que sobrava para o equilíbrio entre a despesa corrente e a receita corrente no montante de 713.342, 79 euros.-----

----- Tanto quanto era do conhecimento, por informação da CML, já teria procedido ao pagamento de 377.745,15 referente ao CDC adicional. Por informação de camaradas seus noutras Juntas de Freguesia, também já teria, no dia 31, pago 50% da taxa turística, o que em Alvalade correspondia a 83 mil euros.-----

----- O Senhor Vereador Ângelo Pereira, por indicação dos serviços, levou a proposta 770/2021, referente ao pagamento do contrato de gestão do parque José Gomes Ferreira, no montante de 213.648 euros. Esse contrato já estava em Assembleia Municipal e, tanto quanto sabia, a comissão tinha produzido relatório até ao presente dia. Certamente o Executivo levaria isso à Assembleia de Freguesia.-----

----- O PS no dia 30 tinha dito que ratificaria esse aditamento para que o Executivo recebesse imediatamente os montantes, desde que fosse nos termos da proposta 770/2021 do Senhor Vereador Ângelo Pereira e aprovada por unanimidade em Câmara.-----

----- A Junta de Freguesia não era do PS ou do PSD ou do CDS, a Junta de Freguesia é uma instituição e a Câmara Municipal é uma instituição. Independentemente de quem lá estava a governar, tinham serviços que executavam e com certeza a CML cumpriria os seus contratos e a Junta de Freguesia também. O Senhor Vereador Ângelo Pereira tinha acabado de chegar, os serviços trataram e levou uma proposta no dia 15 de dezembro para fazer o pagamento. Não movia nada contra isso, era normal. Essas instituições eram superiores a quem as governava circunstancialmente em cada momento.-----

----- Estava bem, o Senhor Vereador despachou, foi a Câmara, foi aprovado por unanimidade, estava na Assembleia Municipal e seria com certeza aprovado, a Junta seria ressarcida desse montante.-----

----- Desconhecia qual era o ponto de situação referente ao CDC da Azinhaga das Teresinhas, um OP de 2019 que a Junta executou, números redondos eram 50 mil euros.-----

----- Se somassem toda essa receita referente a 2021 e juntando o saldo de gerência consignado, prefazia um total de 1.316.966,66 euros, que era superior à diferença. Portanto, essa história de comparar, num momento que não era normal, comparavam-se anos completos, e essa foi logo a primeira confusão que surgiu.-----

----- Iria verificar-se que o princípio do equilíbrio estava cumprido. Todos os documentos jurídicos estavam assinados, a Câmara pagaria com certeza e tinha

confiança que o Executivo também faria o maior esforço para receber. Esse montante faria saldo de gerência e lá estariam para apreciar em abril.-----

----- No final do exercício tinha confiança que esses montantes estariam recebidos, como já aconteceu no passado. A Câmara Municipal cumpria a sua palavra, a Junta de Freguesia cumpria os contratos que tinha com as outras autarquias e nomeadamente com a CML.-----

----- Quanto a outra referência do ROC, nomeadamente da norma de contabilidade pública 27 não ser cumprida, era verdade. Que tivesse conhecimento, da última vez que olhara para isso só havia uma autarquia em Portugal que tinha isso cumprido, a Câmara Municipal de Cascais, que era a mais evoluída e que trabalhou a desenvolver o novo sistema de contabilidade pública, que entrou em vigor no início de 2021.-----

----- Não existia no sistema informático da Junta e aliás o ROC referia exatamente isso, o sistema de informação que suportava a função de finanças face à recente implementação do SNC-AP, não permitia a produção de informação necessária tal como previsto na norma de contabilidade pública 27, nomeadamente nas alíneas a), b), c) e d). Os serviços estavam a trabalhar no sentido de desenvolver e parametrizar para que se cumprisse isso.-----

----- Era um trabalho que, com certeza, o Senhor Tesoureiro iria prosseguir e que pudesse depois, no relatório de gestão, introduzir essas coisas. Era uma questão corrente da vida quotidiana da Junta, o Senhor Tesoureiro faria o melhor possível com os serviços e lá estariam no próximo Relatório de Contas, quando fossem ver em 2023 as contas de 2022, saber se se conseguiu cumprir isso e ter os quadros, que o sistema informático pudesse responder.-----

----- Não havia nenhuma acrimónia, os contratos estavam aí e eram claros. Falou-se em justiça mas pelo que percebera era uma auditoria que foi determinada, não sabia qual era e nada o movia, os contratos eram públicos e todas as decisões estavam disponíveis no site da Junta. A receita com certeza seria cumprida, em grande medida já foi ou estavam tomadas decisões tendentes a que fosse. Tinha confiança que a CML, independente das forças políticas que governavam as autarquias, faria sempre todos os esforços tendentes ao cumprimento dos contratos que legitimamente foram assinados por quem governava.-----

----- Não era uma questão do partido A ou do partido B, esses contratos foram assinados com as Juntas de Freguesia que eram governadas pelo PSD ou pelo PCP, nada a dizer.-----

Pedindo o uso da palavra, foi concedido ao Membro da CDU.-----

----- **Membro Frederico Lira (CDU)** referiu que tinha colocado uma pergunta. Ia a acompanhar a ordem de trabalhos um documento aprovado em reunião de Junta, onde tentavam dar uma indicação à Assembleia de qual devia ser o posicionamento em relação a esse ponto. A sua questão era saber se essa posição se mantinha da parte da Junta ou qual seria.-----

Pedindo o uso da palavra, foi concedido ao Senhor Presidente da Junta.-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que era um processo que a Junta só fazia porque cumpria a Lei, não era uma iniciativa da Junta de Freguesia e sim um requisito que a Lei previa e por isso recorria ao relatório do ROC. As dúvidas que pudesse haver, algumas que foram ali colocadas, não apreciou, porque não lhe competia comprometer-se com nenhuma deliberação nessa matéria, limitou-se a levantar as dúvidas que suscitavam o Relatório de Contas. Não fez mais nenhum juízo, nem ia fazer, porque a única entidade competente para avaliar a legalidade e a regularidade de todas essas operações era o Tribunal de Contas.-----

----- A Junta não se ia sobrepor a nenhuma entidade. Não tinha tempo nem era incumbência da Junta de Freguesia fazer um juízo de valor, as dúvidas que tinha eram suscitadas para o órgão que devia fiscalizar. A Assembleia de Freguesia era quem avaliava e fiscalizava os documentos do Executivo e era apenas uma afirmação de dúvidas que não cabia à Junta esclarecer. -----

----- Não ia, como alguns faziam, criticar a Lei. Cumpria, custava por vezes entender porque existia essa norma, mas ela era assim. Não cabia a uma Junta que sucedia a outra fazer avaliações do anterior Executivo, aí havia outras entidades mais competentes. -----

----- Em relação à iniciativa da Junta, no âmbito do Plano de Atividades e Orçamento já tinham apresentado algumas orientações. -----

----- Sobre saber se iriam manter ou não a externalização dos espaços verdes e outros, o que sabiam era ser muito difícil de um momento para o outro. Era um problema que se deparava em todas as autarquias e em particular nas Juntas de Freguesia da Cidade de Lisboa, não haver pessoal especializado, não haver um conjunto de infraestruturas que infelizmente ao longo do tempo foram desaparecendo. Não era possível de um dia para o outro, nem num mês ou dois, criar corpos de jardineiros ou pessoas competentes para desempenhar essas tarefas. -----

----- Era uma discussão que se devia ter com seriedade, sem preconceitos, com vistas largas, para se ponderar qual o melhor benefício em adotar uma ou outra metodologia. Por enquanto tinha que assegurar o serviço ser executado com eficácia e que ele se mantinha pelo menos de uma forma adequada para os cidadãos de Alvalade usufruírem do espaço público, nomeadamente dos jardins. Por isso não iriam promover, de um dia para o outro, qualquer alteração, mas era matéria que devia ser analisada e estavam muito dispostos a isso, sabendo sem demagogia que não iam resolver isso num mês ou em dois, porque as necessidades inerentes a essas respostas requeriam procedimentos, desde logo de formação, de recrutamento, criação de emprego, etc. -----

----- Não era matéria que estivesse esquecida, iriam analisar e avaliar como outras Freguesias ou Municípios desenvolveram essas tarefas, a ver se conseguiam encontrar soluções também adequadas e que se pudessem adaptar a Alvalade e à Cidade de Lisboa. -----

----- Quanto às questões dos assessores, custava-lhe falar nisso e não via qualquer problema. Não sabia se por sorte ou azar a sua experiência de vida já o obrigara a ter vários assessores e nunca foram suficientes. Não ia “dourar a pílula” nem justificar-se, o que acontecia era que a maioria das Juntas de Freguesia, ao longo dos últimos dez anos em particular, adquiriram tantas responsabilidades e tão complexas. Aliás notava-se com os CDCs e outras coisas, as Juntas de Freguesia deixaram de ter uma atividade normal de lixos e tratamento de ruas e passou a ser cada vez mais complexo. -----

----- Estavam numa capital europeia muito complexa e não havia permanentemente a possibilidade das Juntas responderem a coisas concretas. Podia dar um exemplo: se tinha intenção de fazer projetos na área da saúde não podia ter médicos permanentes, nem especialistas, nem investigadores na Junta de Freguesia, mas não ia deixar de fazer o projeto se precisasse de contratar um especialista, ou dois ou três, ou uma universidade, o que fosse, senão ficava o interesse público prejudicado. -----

----- Quanto à referência da Guarda, era por ser o presidente de uma comissão de coordenação de uma candidatura europeia de 17 municípios. Nessa matéria não se importava nada que estivesse lá o seu nome, não sabia que estava o bilhete de identidade, mas era público e notório e o projeto foi só um ano. Nessas coisas foi quase como um assessor. -----

Pedindo o uso da palavra, foi concedido ao Membro da CDU. -----

----- **Membro Frederico Lira (CDU)** disse que queria relembrar o Senhor Presidente da Junta de Freguesia que na proposta a acompanhar esse ponto dos trabalhos a Junta tinha deliberado dizendo à Assembleia o seguinte: “Pelas conclusões do ROC, justificam que o órgão deliberativo se pronuncie desfavoravelmente na apreciação do relatório de gestão.” No fundo contrariava aquilo que o Senhor Presidente da Junta acabara de dizer, que não se imiscuía nessas questões, o que estranhava e parecia inapropriado.-----

----- Outro ponto, como já tinha ficado esclarecido em grande parte, era sobre as tais situações de incumprimento que o ROC detetava. Esperava que nessa altura da Assembleia já estivessem esclarecidas. O Membro José Ferreira abordou uma miríade de questões, nomeadamente que as contas não eram o ano inteiro, havia transferências que não estavam feitas, mas pelos vistos já foram feitas, já estavam mesmo feitas ou já estavam a caminho. No fundo esse incumprimento do equilíbrio orçamental já não se colocava.-----

----- Esperaria, uma vez que a Junta tinha feito essa proposta dando uma indicação do que achava que devia ser feito a essas contas, que essa proposta tivesse sido retirada e apresentada a proposta para votar favoravelmente, porque as situações estavam sanadas.

----- O caso do SISAL não estava, mas já toda a gente tinha percebido e o próprio ROC referia que já não estava desde 2019, até pelo problema do sistema informático. Não fazia sentido pegar nessas coisas.-----

----- As decisões políticas eram o que fazia sentido discutirem, foram discutidas nas GOP, iriam ser discutidas na Informação. Aí sim fazia sentido mostrar opiniões divergentes. A questão de ver se as contas foram bem feitas ou não e até já estava aprovada uma auditoria, isso já era um segundo passo.-----

----- Na CDU estavam numa posição confortável em relação a essas contas e à apreciação desse relatório de gestão e não poderia ser de outra forma. Tinham participado em boa parte, não tinham os pelouros de tudo mas estiveram na Junta e contentes com o trabalho desempenhado. Aprovaram isso e claramente iam aprovar o relatório de gestão. Estranharia que ele não fosse aprovado, mas era para cada Membro decidir na sua justiça.-----

----- Voltava a referir a questão do imiscuir, tentando dar uma indicação à Assembleia para ter uma votação, isso não devia ser feito e muito menos nessa situação em que as questões já estavam sanadas, ou praticamente todas sanadas, nomeadamente a que tinha sido mais discutida ali, do incumprimento orçamental. No fundo já não existia, já era virtual.-----

----- O Membro José Ferreira também tinha referido a proposta 770/2021, a questão do CDC da Quinta do Narigão e do parque José Gomes Ferreira, também tocou na questão da higiene urbana e da taxa turística que também estava em aprovação, foi aprovada a proposta na Câmara para os apoios.-----

----- Estavam com essas questões do dinheiro, receitas e despesas, etc., mas aparentemente Alvalade tinha para receber 166 mil euros e só iria receber 50% desse valor. Era uma questão para avaliarem e perceber se era essa a luta que queriam fazer pela receita da Junta de Freguesia, era muito importante perceber porque daí também poderia ir o problema da tal falta de cumprimento. Não recebendo tudo o que estava pensado para receber em 2021 era natural logo à partida que não houvesse esse cumprimento e isso já era uma decisão entre os atuais Executivos dos órgãos autárquicos, fosse a CML ou a Junta de Freguesia de Alvalade.-----

----- Tudo estava praticamente dito sobre esse ponto. A CDU tinha confiança nas contas corretas e esperava que elas pudessem ser votadas favoravelmente. Tinha que se continuar a exigir transparência com as contas públicas e se havia dúvidas, umas por

desconhecimento e outras porque se queria ir mais além do que estava na Lei, outras por outra qualquer razão, se calhar era mais um grupo de trabalho para a Assembleia perceber como se podia fazer uma avaliação correta e o que era necessário estar demonstrado.-----

----- A Lei e a regulamentação existente já o permitiam de certa forma. Por vezes dava trabalho, não estava nos mesmos sítios, se calhar precisavam era de uma sessão de formação.-----

----- Por essas razões todas era mais que evidente o voto favorável da CDU nesse ponto, na aprovação das Contas de Gerência.-----

Pedindo o uso da palavra, foi concedido ao Membro do PS.-----

----- **Membro José Ferreira (PS)** disse que tinha referido uma coisa que podia ter levado em erro o Membro Francisco Lira. A CML pagou 83 mil euros do contrato interadministrativo da taxa turística, mas tanto quanto tinha conhecimento o Senhor Vice-Presidente da Câmara teve reuniões com outros Presidentes de Junta do PS e assumiu que ia pagar os restantes 50%.-----

----- Na verdade a Câmara só tinha que cumprir até ao terceiro trimestre, porque, entretanto, o contrato caducou, mas como a Câmara pretendia continuar em 2022, pelo menos, era a informação que tinha, o Senhor Vice-Presidente Anacoreta Correia assumiu que ia pagar isso.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** referiu que a Assembleia de Freguesia era autónoma em relação à Junta de Freguesia, apreciava e votava de acordo com o entendimento de cada um dos seus Membros.-----

----- Seguidamente, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação os **documentos de prestação de contas do ano de 2021, respeitante ao período de 01 de janeiro de 2021 a 19 de outubro de 2021**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 9 votos a favor (PS, CDU e IL), 2 votos contra (MMA e Chega) e 8 abstenções (PSD, CDS-PP e BE).-----

Passou de seguida ao Ponto 5 da Ordem do Dia.-----

----- **Ponto 5 - Apreciar uma informação escrita do presidente da junta de freguesia acerca da atividade desta e da situação financeira da freguesia.**-----

Pedindo o uso da palavra, foi concedido ao Senhor Presidente da Junta.-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que essa Informação Escrita já era para ter sido apreciada, mas por razões que eram conhecidas a Assembleia de Freguesia não chegou a discutir este ponto.-----

----- As informações escritas, no entendimento da Junta, deviam ser apresentadas dessa forma, o que não invalidava todos os esclarecimentos que a Junta devia prestar nas reuniões ordinárias e em cumprimento da Lei, independentemente do que estivesse estabelecido no Regimento da Assembleia de Freguesia. Era no cumprimento da legislação que os Presidentes de Junta deviam apresentar os relatórios que, como era bom de ver, resultavam da atividade corrente e normal e das explicações necessárias a prestar ao órgão de fiscalização e de apreciação do Executivo, que era a Assembleia de Freguesia.-----

----- Mais de metade da Informação resultava dos contributos da atividade normal dos serviços da Junta de Freguesia e das iniciativas que foram tomadas pela Junta de Freguesia, nomeadamente os novos projetos ou procedimentos iniciados no mandato, mais de dois meses. Retratava de alguma forma aquilo que foram consideradas as prioridades do programa com que o Executivo se apresentou ao eleitorado, designadamente no que se referia às questões dos direitos sociais e às questões da cultura e educação.-----

----- Assumia sempre com alguma clareza as falhas e não estava atualizada, essa Informação Escrita era a que ainda não foi discutida e, entretanto, deviam estar espelhadas já as iniciativas desenvolvidas em prol da elaboração das GOP e do Plano de Atividades e Orçamento. De certa forma eram prestadas todas as informações, porque elas estavam espelhadas de facto nos documentos apresentados à Assembleia de Freguesia, naquilo que se deviam traduzir os projetos e iniciativas que o Executivo queria levar por diante durante o mandato, em particular no próximo ano. -----

----- Era uma falha que assumia, sem qualquer subterfúgio, que deveria ser melhor detalhada, porque todas as outras questões eram do domínio público. Podia acrescentar uma análise à realização do Mercado de Natal e algumas intervenções que foram feitas no Mercado de Alvalade e outras atividades, nomeadamente no domínio da educação, da segurança e da higiene urbana. -----

----- Na higiene urbana já tinha sido detalhada na última sessão algumas atividades acrescentadas, mas se os Membros da Assembleia de Freguesia assim entendessem e o Senhor Presidente da Assembleia autorizasse os Vogais do Executivo poderiam dar nota mais detalhada de algumas atividades concretas em cada pelouro. Não iriam demorar muito tempo porque a maioria das atividades da Junta nas últimas três semanas foram muito focadas na realização das GOP, Plano de Atividades e Orçamento.-----

Pedindo o uso da palavra, foi concedido à Senhora Secretária do Executivo. -----

----- **A Senhora Secretária do Executivo** disse que pretendia responder a algumas questões levantadas na última reunião, em primeiro lugar ao Membro José Ferreira, que lhe perguntou sobre um conjunto de atividades na educação referentes aos jardins de infância, se as atividades seriam apenas para os jardins de infância da rede pública em que a Junta tinha competências legais.-----

----- A resposta era sim, seriam apenas para os jardins de infância da rede pública. Os da rede privada não estavam contemplados. Mais ainda, tentariam que essas atividades musicais se estendessem ao primeiro ano do primeiro ciclo, porque os pais assim tinham pedido. Tentariam fazer em conjunto com as escolas.-----

----- Relativamente à CDU, em que o Membro Aquino de Noronha tinha feito várias perguntas para as quais havia necessidade de resposta, respondia aos Membros Sérgio de Oliveira e Frederico Lira sobre quem ia aos conselhos gerais dos agrupamentos escolares, o grupo mais restrito que estava dedicado ao pelouro da educação na Junta de Freguesia, no seu caso, que era Vogal, e mais duas pessoas. Os três trabalhavam em equipa e analisavam todos os documentos para as reuniões dos conselhos gerais em conjunto, discutiam e tomavam uma decisão. Em última análise seria a responsável máxima.-----

----- Teve que se designar um representante e um suplente para cada agrupamento escolar e como trabalhavam em equipa, para poderem ir todos representando a Junta de Freguesia, no agrupamento de escolas Virgílio Ferreira estava o Renato Henriques e em sua substituição a Alexandra ou a própria. -----

----- No agrupamento das escolas Rainha Dona Leonor eram necessárias duas pessoas da Junta de Freguesia de Alvalade, estava a própria e em sua substituição o Doutor Paulo Doce Moura. A outra efetiva era a Doutora Alexandra e o Renato Henriques substituía.-----

----- Em ambos os agrupamentos existiam outras Juntas envolvidas e por essa razão havia uma comunicação da Câmara Municipal que passava a citar: -----

----- *“Na composição do conselho geral a Lei apenas prevê a participação dos municípios enquanto representantes das autarquias. Contudo, a própria Lei prevê também que os municípios deleguem essa representação nas juntas de freguesia, o que*

o Município de Lisboa tem feito desde há muito de modo a promover o princípio da participação.-----

----- Na última designação de representantes teve-se o cuidado de assegurar a participação de todas as Juntas de Freguesia nos conselhos gerais dos agrupamentos de escolas e das escolas não agrupadas da área abrangida pela Freguesia. Designou-se ainda assim um representante do município para os conselhos gerais dos agrupamentos e das escolas abrangidas apenas por uma Junta de Freguesia.”-----

----- Por causa disso no agrupamento de escolas de Alvalade, em que participava apenas a Junta de Freguesia de Alvalade e que era a representante, estando em substituição a Alexandra, a CML tinha como representante a Doutora Rute Delgado.-----

----- Parecia-lhe que dessa forma teria respondido à pergunta feita pelo Membro Aquino de Noronha, o porquê da Vogal não estar representada. Estava sempre representada, porque trabalhavam em conjunto e a Câmara dessa forma fazia-se representar quando havia apenas uma Freguesia.-----

----- Queria também dar uma pequena nota ao Membro José Rodrigues do BE e que tinha a ver com o gabinete animal. Quem o formou foi o Membro José Ferreira e iria lutar para que esse gabinete se constituísse de uma forma mais organizada, mais estruturada, de acordo também com as GOP da CML, num programa CED dedicado e bastante bem estruturado para organizar todas as colónias da Freguesia, à semelhança do que, por exemplo, acontecia na Freguesia do Areeiro, em que toda a parte dos animais silvestres e silvestrados estava muito mais consolidada.-----

----- Gostaria de incentivar a adoção dos gatos dóceis e continuar a desenvolver o projeto do pombal contracetivo, estava-se a criar uma rede de voluntários, já havia alguns, para ajudarem com as colónias e queria-se também criar uma rede de voluntários para passear os cães dos fregueses mais séniores. Por vezes tinham uns cães maiores e nem sempre conseguiam ir à rua passear os seus animais.-----

Pedindo o uso da palavra, foi concedido ao Senhor Tesoureiro do Executivo.-----

----- **O Senhor Tesoureiro do Executivo** disse que esses dois meses para os pelouros da parte das finanças, tesouraria, recursos humanos, desporto, foram muito intensos, dois meses de muito trabalho. Como Vogal Tesoureiro devia enaltecer e chamar a atenção para o Orçamento e todas as contas já ali aprovadas na primeira sessão da Assembleia, assim como os restantes documentos.-----

----- Devia também enaltecer aquilo que já foi falado, o envio e a aprovação do Tribunal de Contas às contas enviadas atempadamente pela Junta de Freguesia, o que honrava todo o trabalho feito durante esse tempo sem alertas de maior.-----

----- Entendiam a Junta como uma instituição que não era de ninguém, no limite era dos fregueses. Era um processo de beber muita informação, alguma informação que suscitava um trabalho mais em detalhe e outra que se considerava mais normal, mas em termos de tesouraria fizeram aquilo que tinham de fazer dentro dos prazos, sem deixar qualquer tipo de situação mais complicada perante as entidades reguladoras e perante as entidades a que tinham de prestar contas. Tudo o resto seria comentado pelo trabalho que se ia desenvolver a seguir.-----

----- Começaria pela parte, talvez mais simples, e só dar uma breve passagem pelo desporto e às questões que foram colocadas na primeira sessão da Assembleia. Recordava-se, por exemplo, quando o Membro Francisco Lira dizia que colocaram no Plano de Atividades optar por uma política desportiva que reforçasse a competição, mas não era isso que dizia. Dizia iniciar uma política desportiva que reforçasse a competição.-----

----- Segunda nota que se recordava, feita pelo Membro Nuno Lopes e por outros Membros que seriam da CDU, dada a sua ligação com esse pelouro do desporto. O que

se pretendia nos quatro anos que tinham pela frente era potenciar os clubes e coletividades para que tivessem como fonte de rendimento, como fonte de investimento nas suas modalidades, as suas instalações desportivas. Não eram só as transferências que a Junta fazia ao abrigo dos diferentes programas que tinha com cada uma das coletividades, mas que também pudesse potenciar os seus sócios, as suas quotizações, o aluguer dos seus espaços, etc. -----

----- Havia mil e uma ideias que de acordo com os seus colegas do Executivo tinham em mente e queriam implementar. -----

----- Uma nota breve mas que não podia deixar de dizer era que os eventos ligados ao basquetebol seriam em número exatamente igual aos executados em 2021, nem mais um nem menos um. No entanto, se pudesse agilizar e contribuir com a sua experiência e levar mais um ou dois que tivessem efeitos benéficos para a população mais jovem e para a população que fosse assistir, seria o primeiro a propor aos seus colegas do Executivo esse mesmo evento. -----

----- Em relação aos clubes, também sentia existirem clubes que recebiam fatias de maior valor nas transferências e que de alguma forma essa distribuição não era igualitária. Claro que deviam ter em conta coletividade a coletividade, não podiam fazer uma tábua rasa e pautar todos pelo mesmo funcionamento, era preciso ter em conta o número de sócios, o número de atletas, o número de modalidades, uma parafernália de situações. -----

----- Haveria com certeza um trabalho para além de potenciar essa política desportiva, de tentar ser um pouco mais igualitários naquilo que iam trabalhar com os clubes e deixava uma nota muito importante de que isso ia ser feito com todos, em particular com os clubes, um trabalho em conjunto. Era essa a política que se pretendia implementar no desporto. -----

----- Em relação ao Clube Atlético de Alvalade e à questão mais que uma vez colocada, permitissem-lhe só um comentário: tinham dois meses de Executivo, não tinham oito anos, e parecia importante colocar a questão do que foi feito em relação ao Clube Atlético de Alvalade no passado, sendo a situação que atravessavam já com alguma antiguidade. -----

----- O atual Executivo reuniu com o Clube Atlético de Alvalade nas instalações da Junta, foi dos primeiros clubes que recebera juntamente com os seus colegas do desporto, eles detalharam os passos que estavam a dar, no dia anterior tinham estado na Câmara Municipal e a aguardar respostas de diferentes entidades e também da componente legal. A Junta disse-lhes que quando tivessem essas respostas voltariam a reunir para ver tudo aquilo que a Junta de Freguesia pudesse fazer pelo Clube Atlético de Alvalade dentro dos parâmetros que os regiam e naturalmente seria efetuado. -----

----- Sobre o Estrelas de São João de Brito, também foram recebidos, assim como foram aos Coruchéus, ao Fonsecas e Calçada, assim como receberam o Clube de Rugby de São Miguel, como foram e iriam receber o CDUL e outros clubes, que se calhar se cingiam só a uma modalidade e que, para de certa forma não ocupar mais tempo, não iria detalhar todas as outras entidades desportivas que receberam. -----

----- O Estrelas de São João de Brito deu conta das reuniões e do trabalho que estavam a fazer para resolução das dificuldades e nomeadamente das situações legais que tinham de resolver. Sentia-se que havia avanços nesse trabalho. -----

----- Os apoios da Junta de Freguesia em relação ao Estrelas de São João de Brito estavam parados e não podia ser de outra forma, mas também aí, não fazendo distinção de clube para clube, a Junta mostrou-se disponível para aquilo que pudesse, mais uma vez, fazer dentro dos seus limites legais de atuação. -----

----- Uma nota que não tinha diretamente a ver com o desporto era sobre o centro de arbitragem. Houve um Membro que alertou para se ter cessado esse protocolo, mas que continuava a constar o mesmo no Orçamento apresentado. Isso correspondia exatamente à verdade, mas tudo tinha uma explicação, porque depois do envio da cessação do protocolo foram contactados pelos seus responsáveis a pedir uma audiência para falar sobre o mesmo, que estava marcada para o dia 13 de janeiro. Daí manter-se, até indicação em contrário, esse ponto no Orçamento. -----

----- Sobre o desporto, admitindo que pudesse ter esquecido de algum ponto, dava como encerrado. -----

----- Em relação às questões orçamentais, muito em particular as colocadas e enviadas pelo grupo do PS, iria dar os esclarecimentos que pareciam importantes. -----

----- Sobre o investimento informático, a dotação inicial que constava no Orçamento para 2022, era igual à que constava na dotação inicial de 2021, 10.000 euros, sendo que a 31 de dezembro de 2021, essa rubrica tinha como dotação final um montante de 28.588,28 euros. -----

----- Em relação às dotações da receita de verbas provenientes do Orçamento de Estado, foram colocadas as que à data da realização desses documentos estavam na proposta do Orçamento de Estado, nem mais nem menos. -----

----- Já se tinha falado em relação aos 60.000 euros do CDC adicional por indicação dos serviços, estavam ligados ao CDC com a Câmara e se o CDC não avançasse a despesa não acontecia e o Orçamento mantinha nesse ponto o seu equilíbrio. -----

----- Estava reconhecido também no Orçamento o aumento previsível tanto do salário mínimo como dos 0,9% para os aumentos previstos na função pública. Esse aumento já tinha a cobertura nos valores previstos nas transferências inscritas no Orçamento de Estado. De qualquer forma não se via como a Junta de Freguesia de Alvalade não conseguia aguentar esses 40.000 euros de aumento. Conhecedor das receitas e das despesas e dos valores que se encontravam nas contas à ordem e a prazo, era uma situação que, enquanto Tesoureiro, não lhe levava nenhum desconforto. -----

----- Relativamente aos direitos sociais não se iria estender, queria só dar nota que os valores colocados em sede orçamental para os direitos sociais tinham também em vista a procura e um trabalho que iriam fazer, que pensava até aí não existir, embora não tivesse 100% de certeza, que era a procura de fundos europeus para patrocinar os projetos que tinham em mente e no Plano de Atividades para os direitos sociais e não só. -----

----- A diminuição no pelouro do desporto e da educação foi outra questão, resultava da passagem da verba prevista para a limpeza do pavilhão. Contratou-se uma limpeza do pavilhão municipal de Alvalade durante dois meses, esse valor passou para a orgânica 02. Fazia sentido na altura em que estavam a elaborar o respetivo Orçamento por causa do cálculo final dos custos com a limpeza, mas, mais uma vez e porque isso não era estanque, não tinham problema nenhum em trabalhar assim, porque consideravam ser a forma correta, recolocar a verba específica para limpeza do pavilhão na orgânica 06, para uma melhor leitura final da execução e comparativo com os anos anteriores que considerassem importantes. -----

----- O montante inscrito nas rubricas de apoios, as que começavam por 04, não se alteraram. -----

----- Sobre o Mapa de Pessoal, que suscitou uma importante discussão no bom sentido na passada sessão e tendo trabalhado logo no dia a seguir sobre esse tema, permitam-me então fazer os seguintes esclarecimentos: -----

----- Primeiro ponto, sobre o lugar ocupado por cedência de interesse público do trabalhador do mapa de pessoal da GEBALIS, que o grupo de eleitos do PS considerava

dever constatar na coluna da mobilidade, aprazia dizer que a cedência de interesse público não era uma modalidade de mobilidade, conforme resultava do artigo 93º da Lei do Trabalho em Funções Públicas, pelo que não se afigurava correto colocar um lugar preenchido nessa coluna.-----

----- Estavam perante uma vicissitude modificativa do vínculo laboral do trabalhador previsto no artigo 241.º da Lei. Como tal, foi apenas clarificado nas observações o regime no qual o trabalhador se encontrava a exercer funções na Junta de Freguesia de Alvalade. -----

----- No plano do recrutamento, foi atualizada a fórmula do cálculo da soma, que não estava a contemplar todas as linhas do quadro do plano anual de recrutamento. Devido a nesse cálculo não estarem todas as células a funcionar, surgiu o número três, quando na realidade, a soma correta era quatro. Havia efetivamente um erro e a razão tinha a ver com isso.-----

----- Sobre os três lugares de assistente operacional nos serviços de higiene urbana, realçava que estavam a aprovar o Mapa de Pessoal para 2022 e para vigorar a partir de 1 de janeiro, relacionado com o Orçamento apresentado e aprovado na passada sessão. Esse procedimento concursal estava praticamente concluído, sendo previsível a ocupação dos postos de trabalho tal como veio a ocorrer. A Freguesia tinha assim um mapa que representava a organização do pessoal para 2022.-----

----- A data estava também errada e foi atualizada, dizia 22 e devia dizer 21. Tinha na sua posse os mapas definitivos já assinados pelo Presidente do Executivo.-----

----- Em relação ao voto apresentado pelo grupo do PS, a questão do rigor era uma preocupação que devia ser transversal. Nesse sentido, alertava que a própria declaração de voto não cumpria esse desígnio, quando mencionava no ponto c) o provimento de vagas de assistentes técnicos. Presumia que se tratava de um erro e que se pretendia referir assistentes operacionais. O erro não era algo que devessem exclusivamente imputar a si próprios. -----

----- Era fácil de entender que não seria o Mapa de Pessoal a permitir a alteração jurídico-administrativa de qualquer vínculo laboral ou de outra natureza, designadamente a prestação de serviços. Como era do conhecimento da generalidade das pessoas, o estatuto dos trabalhadores em função pública e dos profissionais que eram regulados pela Lei exigia a adoção de procedimentos formais, que um erro material como os que evidenciara, nunca permitiria alterar, desvirtuar ou corromper a verdade do mesmo. -----

----- Em relação ao mapa de Pessoal era só. Tinha feito o tour pela maioria das questões e desculpassem se não tinha respondido a todas.-----

Pedindo o uso da palavra, foi concedido ao Membro do PS. -----

----- **Membro José Ferreira (PS)** disse que os eleitos do PS tinham enviado por escrito um conjunto de questões, algumas foram respondidas e outras não. Gostaria que fossem todas respondidas por escrito, sendo que as questões foram apresentadas ao Executivo e não em particular ao Vogal A ou B.-----

----- A Senhora Secretária tinha referido o programa CED que já existia na Junta de Freguesia de Alvalade através de um protocolo com a Animais de Rua que já ia do anterior mandato. Depois poderiam com certeza encontrar um outro mecanismo para fazer esse objetivo, mas não era uma inovação, existia e teriam sido capturados 50 animais e libertados depois de esterilizados ou castrados. -----

----- Ali estariam para ver essas novas ideias, que eram sempre bem vindas para a melhoria das condições gerais dos animais que passavam maiores dificuldades, aqueles que viviam na rua e em particular os gatos, que ajudavam a controlar a população de ratos e era muito importante o serviço público feito por esses animais de rua. Seria

sempre de valorizar todas as atividades que pudessem melhorar a vida desses seres e se fossem dóceis, a nível de viver em casa com pessoas, seria sempre bom.-----

----- Sobre o pombal contraceptivo, o que chamava à atenção em particular era que a solução apresentada pela Câmara Municipal não era a adequada. Não era adequado o modelo de pombal contraceptivo, não era adequado aquilo que a Câmara queria fornecer para a Junta de Freguesia proceder a esse serviço. Na altura recusou-se esse equipamento, porque tecnicamente o pombal era correto, mas os meios que a CML queria transmitir não eram adequados.-----

----- Se a Senhora Secretária do Executivo depois quisesse, tinha muito gosto em passar essa informação. Como sabiam, era ativo na causa animal e tinha alguma informação sobre isso, tinha gosto em passar e ajudar nesse desiderato. Como o Senhor Presidente tinha dito na última sessão, era uma questão de humanidade e nada obstava para que não se colaborasse nesse sentido.-----

----- Quanto aos fundos, qualquer fundo que fosse por apoio teria sempre que constar em receita e despesa. Admitia que depois houvesse uma revisão orçamental e passasse a constar, lá estariam para apreciar essas situações.-----

----- Sobre o Mapa de Pessoal o que tinha dito não era que a coluna mais adequada para estar a pessoa seria a da mobilidade, mas era mais adequada do que aquela onde constava. Podia concordar, se queriam especificar, que se acrescentasse uma coluna para esse caso em particular ou para outro que viessem a suceder, mas não devia era estar na coluna das pessoas que eram do quadro de pessoal.-----

----- Do ponto de vista geral do Mapa de Pessoal, nada os afastava daquilo que estava lá proposto. Era praticamente idêntico ao anterior, havia apenas uma alteração de posição do assistente técnico, num lugar ou noutra.-----

----- O que queria referir era a intervenção inicial do Senhor Presidente da Junta, em que dizia, outra vez, que a informação devia ser apenas prestada nos termos da Lei nas Assembleias ordinárias. Existia no artigo 9º do Decreto-Lei 75/2013 as alíneas h) e i), que passava a ler:-----

“----- h) *Apreciar a recusa da prestação de quaisquer informações ou recusa da entrega de documentos por parte da junta de freguesia ou de qualquer dos seus membros que obstem à realização de ações de acompanhamento e fiscalização;*-----

----- i) *Acompanhar e fiscalizar a atividade da junta de freguesia;*”-----

----- O que sucedeu quando a Assembleia de Freguesia aprovou o Regimento foi que determinou que pretendia ser informada em todas as Assembleias de Freguesia, fossem ordinárias ou extraordinárias. A Lei dizia que era obrigatório nas ordinárias, mas não afastava que fosse possível nas extraordinárias.-----

----- Foram os Membros do PSD que introduziram essa norma no Regimento aprovado, que a Assembleia de Freguesia queria ser informada com informação do Presidente também nas extraordinárias.-----

----- Havia muitas formas de olhar para a Lei e referenciava as alíneas h) e i) do Decreto-Lei. A Assembleia de Freguesia quando aprovou o seu Regimento determinou que queria ser informada a respeito da atividade da Junta de Freguesia também nas sessões extraordinárias e foi o PSD que introduziu essa norma.-----

----- Não lhe parecia que houvesse dificuldade em o Executivo cumprir esse pedido da Assembleia de Freguesia tomado através da aprovação do seu Regimento e apelava ao Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia que nas Assembleias extraordinárias, onde se colocava a diferença de opiniões, o Executivo cumprisse aquilo que estava no Regimento, porque de facto a Assembleia de Freguesia pretendia ser informada dessa forma.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** referiu que essa questão nem se colocava, uma vez que o Presidente da Assembleia de Freguesia estava obrigado a cumprir a Lei e o Regimento e assim o faria enquanto estivesse no exercício dessas funções.-----
Pedindo o uso da palavra, foi concedido ao Membro da CDU.-----
----- **Membro Sérgio de Oliveira (CDU)** começou por agradecer à Senhora Secretária do Executivo pelas respostas.-----
----- Pelo que entendera, na escola Rainha Dona Leonor tinham dois representantes da Junta e nenhum da Câmara, como antes estaria. Convinha haver algum da Câmara, havendo possibilidade, porque eles também tinham responsabilidades nas escolas.-----
----- Também percebeu que não estava a tempo inteiro, nem meio tempo, e era difícil estar em todas, à partida seria melhor estar um Vogal, mas agradecia a explicação. ---
----- Agradeceu também ao Senhor Tesoureiro do Executivo pelas respostas. Havia uma questão sobre a alteração do processo de mobilidade que, se foi respondida, tinha-lhe passado, mas anteriormente a mobilidade era perguntada primeiro aos funcionários que já estavam na Junta antes de ir lá fora e pela análise dos quadros parecia que isso foi alterado. Queria confirmar se sim ou não. (foi respondido que não)-----
----- A CDU sempre tinha defendido o Clube Alético de Alvalade, era uma instituição de interesse municipal. Por iniciativa da CDU fez com que houvesse um período de mitigação decorrente da famigerada Leis das Rendas e também conhecida por Leis dos despejos, que estava a causar essa situação.-----
----- Era uma situação muito recente, do atual mandato e anterior, já tinha havido uma situação antes que foi resolvida, mas a renovação do contrato era uma situação muito recente. Tinha-se apresentado uma moção que foi aprovada na outra Assembleia, era uma situação muito urgente e não deviam deixar passar o tempo para agir.-----
----- Era provável que não fosse fácil à Junta, só por si, resolver o problema, mas o que podia fazer era acompanhar isso muito de perto e fazer pressão junto da Câmara, que tinha outras competências e meios. Havia que agir depressa antes que fosse tarde, porque depois teriam pena e deixar correr o tempo aumentava o risco do clube fechar.
----- Sobre os gatos, era um tema que não dominava, mas parecia que os gatos também causavam problemas aos pássaros.-----
----- O Senhor Presidente da Junta já tinha dito que, de facto, não atualizaram a Informação Escrita face à reunião de dezembro, mas era pena, porque também, com base nisso, se fazia uma avaliação do trabalho. Sendo o mandato ainda tão curto algumas coisas eram só do mês de outubro, como por exemplo a limpeza urbana e os contratos de delegação de competências, em que só estiveram em funções onze dias. Gostava de saber quando iriam receber o período que estava em falta, se seria em breve ou para a próxima Assembleia Ordinária.-----
----- Quanto ao Regimento, uma vez que se estavam a contestar algumas coisas do anterior Regimento, se calhar estava na altura de criar um grupo de trabalho para fazer um novo Regimento que depois cumprissem. Parecia ser um pouco “letra morta” e isso não era bom para ninguém.-----
----- Sobre os assessores, como já tinham dito, não havia nada contra os assessores, mas só como informação, gostava de saber quantos assessores tinha a Junta atualmente, mais ou menos quais eram as funções e quanto auferiam, imaginava que provavelmente os 2075 euros mais IVA. Tinham várias pessoas a meio tempo e também havia uma avaliação que era feita disso, era diferente ter um assessor ou cem, exagerando os números, só para ser claro.-----
----- Havia um estacionamento de bicicletas na Avenida do Brasil, junto ao Minipreço, que foi retirado ainda antes das eleições, era do Executivo anterior, mas queria perguntar porque era um estacionamento que estava na parte interior do passeio, onde

as pessoas não passavam, porque era uma espécie de uma ilha, um mobiliário urbano simples, não dispendioso e útil para quem ia às compras. Podiam não ter considerado repor e deixava essa sugestão, porque eram essas iniciativas que promoviam o uso das bicicletas no dia a dia. -----

----- Outra pergunta era sobre os planos da Junta para os logradouros. A CDU fez uma visita ao logradouro por trás da Rua Afonso Lopes Vieira a convite de uns vizinhos que tinham feito um trabalho muito interessante de recuperar o espaço, plantando espécies locais, tirando ervas daninhas, arranjando os caminhos. Havia muito tempo que a CDU defendia um plano integrado para os logradouros da Freguesia, que conservasse a estrutura ecológica e o projeto urbanístico original. -----

----- Isso devia ser pensado, tinha sempre que ser feito com os moradores e aproveitando a experiência deles, a muita dedicação e conhecimento. -----

----- Havia uma série de perguntas colocadas antes e que ainda não tiveram respostas, quando alguma coisas deviam ter repostas claras. Parecia que algumas coisas foram ignoradas. Por exemplo perguntava-se quantos assessores e era uma resposta simples de dar, um número. -----

----- No dia 29 de novembro tinha-se enviado uma pergunta à Junta sobre umas roturas de água e não houve resposta. Gostava que houvesse uma data de compromisso para ter a resposta. -----

----- Fez-se um requerimento ao Executivo para as transmissão das reuniões no youtube, conforme estava no site de prevenção de riscos e gestão de corrupção e infrações conexas. Lá constava o seguinte: *“São filmadas, transmitidas em direto online e arquivadas no canal da autarquia do youtube todas as reuniões, ordinárias e extraordinárias, da Junta de Freguesia e da Assembleia de Freguesia de Alvalade.”* --

----- Ter isso, permitia mais transparência, até permitia a quem não ia às reuniões aprender e mais tarde participar. Quando se falava em participar era com esse tipo de medidas e essa constava lá. Se não concordavam com ela que retirassem, mas pelo menos uma resposta. -----

----- Tinham uma opinião, estavam a insistir nisso, porque entendiam ser uma coisa importante, pelo menos que tivessem uma resposta no dia X. -----

Pedindo o uso da palavra, foi concedido ao Membro do MMA. -----

----- **Membro Nuno Lopes (MMA)** disse que a sua primeira questão era relativamente aos espaços verdes, o acompanhamento do processo de requalificação do sistema de rega automático no relvado da Alameda da Universidade, juntamente com a Reitoria da Universidade de Lisboa e a EPAL. Relembrava só que nas contas da Junta de Freguesia apresentadas pelo anterior Executivo houve um gasto de 50 mil euros em água. Nos últimos dois mandatos estavam a falar em dois milhões de euros. O anterior Executivo não foi muito amigo do ambiente. -----

----- Perguntou se a água com que a Junta de Freguesia estava a fazer o tratamento do relvado da Reitoria, bem como estava a assumir as despesas de água da rega, se isso não era uma responsabilidade da Reitoria. Uma vez que a Junta de Freguesia tinha assumido essas responsabilidades, a população e o “Mudar Alvalade” gostariam de saber quais foram as contrapartidas que o anterior Executivo negociou com a Reitoria para fazerem esse trabalho. -----

----- O gasto exorbitante de água devia ser reduzido e se calhar com material mais ecológico talvez conseguissem poupar uns milhares de euros. -----

----- Relativamente à economia e inovação gostaria de colocar a questão novamente do Mercado de Natal. Era muito giro, todos gostavam muito de descer a Avenida da Igreja e fazer umas compras, mas não podia ser só na Avenida da Igreja, porque Alvalade não

era só a Avenida da Igreja. Tinha que se estender se calhar para as transversais ou até mesmo para o Largo Frei Heitor Pinto. -----

----- Tinha ouvido uma explicação da Junta de Freguesia, que fizeram uma auscultação aos comerciantes. Não sabia quantas pessoas ouviram, mas falava com muitos comerciantes e a maioria dizia que não concordava. Era natural haver sempre uns que concordavam, que levava mais clientes e acabavam por beber um café e levar um chocolate, mas outros com certeza tinham uma concorrência desleal. -----

----- Ao ver os valores, estavam 55 mil euros para o Mercado de Alvalade, que depois acabou por passar para 57.500, valores do anterior Executivo, mas que depois a Junta tinha propriedade de onze casas de madeira, mais um telheiro armazenadas ao relento, que ficaram abandonadas e, entretanto, tiveram que alugar mais X e custou mais Y, estando a falar, no total, numa brincadeira de 50 mil euros. -----

----- Essa situação não aconteceria todos os anos, mas se calhar estavam a falar, por mandato, numa média de 230 mil euros. Havia que repensar isso e perguntar às pessoas se, de facto, era assim, e saber quais os critérios que se faziam para o concurso, se estava aberto, primeiro para comerciantes ou pessoas residentes em Alvalade, ou se era também para os de fora. Portanto, não tinha nada contra, mas devia-se pedir a opinião às pessoas.

----- Na questão da higiene urbana preocupava ver o quadro, sabia que era mais uma herança do anterior Executivo, daquelas boas, em que 21 trabalhadores se encontravam em trabalho moderado. Notava-se que as ruas estavam a ficar cheias de ervas e se não tomassem rapidamente medidas o Executivo corria o risco de ir cair na mesma situação que estava o anterior. -----

----- Em quatro anos, a sua rua tinha sido lavada uma vez, no Largo Frei Heitor Pinto. Não podiam cair no mesmo erro do anterior Executivo e as ruas já estavam a ficar com ervas, havia que resolver o problema que o anterior deixou. Também já não resolvia dizer que foi um problema do anterior, tinha que se resolver porque a higiene urbana era um dos problemas na Freguesia. -----

----- Era isso que o “Mudar Alvalade” gostava de deixar claro, agradecendo a atenção. Pedindo o uso da palavra, foi concedido ao Membro do BE. -----

----- **Membro José Rodrigues (BE)** começou por agradecer a resposta da Senhora Secretária do Executivo, ficava contente pelo empenho de irem mais além. A sua pergunta na última Assembleia de Freguesia tinha que ver com a ausência de algo palpável no Plano de Atividades e já percebera que não era assim. -----

----- Quanto ao programa CED, significava capturar, esterilizar e devolver, era da CML e estava em funcionamento com a Animais de Rua, apoiando as colónias que estavam registadas nesse momento. As colónias a registar seriam muito diminutas, de acordo com o que via no terreno. O problema era esse programa não dar resposta a tudo, por falta de recursos humanos, nomeadamente veterinários que faziam essas operações. As vagas com a Animais de Rua poderiam ser superiores se o apoio da Junta de Freguesia de Alvalade também fosse superior. -----

----- Isso fazia com que os cuidadores assumissem os custos de saúde que visavam o controle das colónias, uma responsabilidade que era da CML e que claramente não conseguia dar resposta. -----

----- Além disso havia um grande encargo com a alimentação e esse era um custo quase diário. Embora os animais silvestres ou silvestrados tivessem essa mais valia de permitirem controlar as populações de ratos, a verdade era que muitos estavam nessas colónias fruto do abandono e não tinham essas faculdades tão ativas de necessitarem verdadeiramente de alimentação. Isso representava um custo diário por parte dos

cuidadores e conhecia algumas pessoas que tinham uma despesa que ascendia a 300 euros mensais, o que na sua perspetiva também poderia ser apoiado. -----

----- A existência dessas colónias comportava um dispêndio de tempo por parte dos cuidadores. Os voluntários era uma medida bastante interessante e que saudava. -----

----- Deixava uma nota sobre a Junta de Freguesia do Areeiro que foi ali referida. Uma das grandes diferenças era o assumir dos custos da construção de abrigos, que era suportado pelos cuidadores e custava algumas centenas de euros, apesar de ser um investimento que durava muitos anos. -----

----- Em Alvalade, apesar de ser uma Freguesia que beneficiou dos abrigos criados pelo orçamento participativo, não foram suficientes. A cidade tinha cerca de duas mil colónias registadas e só foram construídos 48 abrigos.-----

----- Além disso, citando o caso paradigmático da Junta de Freguesia do Areeiro, eles também davam apoio ao recobro, algo que era determinante e que os cuidadores assumiam por segurança desses animais.-----

----- Era bom saber do interesse da Junta e deixava a sugestão que talvez pudessem trabalhar nesse assunto e outros. A causa animal ia além dos gatos. -----

----- Falava nisso para relembrar as questões enviadas, que à semelhança de outros partidos, não foram respondidas. Em função das respostas que fossem dadas, que iam desde questões de mobilidade aos logradouros, levaria outra vez esses assuntos à Assembleia de Freguesia ou não, mas agradecia que lhe respondessem. -----

Pedindo o uso da palavra, foi concedido ao Membro do IL. -----

----- **Membro Manuel dos Santos (IL)** disse que da parte da IL havia uma vertente que era fulcral e que se prendia precisamente com a transparência. A IL não esteve no último Executivo, nem na última Assembleia, e havia muitos temas que assumiam uma complexidade dado o facto de não terem estado presentes.-----

----- O ponto das contas que já foi abordado era muito importante para a IL, foi aprovado mas não queria deixar de perguntar se o Executivo iria levar esse ponto a uma revisão oficial de contas. Era natural que cada um tivesse a sua opinião e o seu voto, mas acreditava que não estavam capacitados para ter o poder de decisão sobre aquilo que foram as medidas tomadas de forma correta ou não. Era nesse sentido que gostaria de perguntar se esse tema seria alvo de uma revisão oficial de contas, que por motivos de transparência, no entender da IL, seria benéfico para todos.-----

----- Ligando uma vez mais ao ponto da transparência que devia constar no site, seria de toda a pertinência que as contas e tudo o que as envolvia estivessem presentes no site da Junta de Freguesia para que pudesse haver uma clarificação. -----

Pedindo o uso da palavra, foi concedido ao Membro do PSD.-----

----- **Membro Miguel Henriques (PSD)** disse que alertava apenas para uma situação que, infelizmente, também se tinha sentido na Freguesia desde a última quinzena de dezembro e própria também da altura de festas, depois de largos incentivos para que os portugueses se testassem, assistia-se a recordes quase diários na corrida à testagem à Covid 19 nos centros de testagem em Lisboa. -----

----- Era um problema transversal a todo o País, sendo que em Lisboa, pela densidade populacional, e atendendo ao facto de aliado às festas, estarem a ser também solicitados testes para eventos culturais ou até para viagens de avião, por exemplo, fazia com que o problema da falta de recursos das farmácias e centros de testagem se comesçassem a sentir, em primeiro lugar, na Cidade de Lisboa. -----

----- Recebiam-se relatos através de pessoas, que esperavam horas em filas de farmácia para fazer os testes, algumas das quais acabavam por não ser testadas, porque os centros de testagem encerravam e não conseguiam atender todas as pessoas que estavam em espera. Houve inclusivamente farmácias que tiveram de chamar a polícia para responder

a descatos entre pessoas que estavam em fila de espera e isso acabou por acontecer também na Freguesia, na farmácia da Avenida Almirante Gago Coutinho.-----

----- Assim, gostaria de solicitar ao Senhor Presidente da Junta que, a par daquilo que se verificou no ano anterior, em que a Junta de Freguesia assumiu um papel de relevo no apoio às campanhas de vacinação, que dentro das suas competências, visse o que seria possível fazer com as farmácias da Freguesia, que tipo de apoio a Junta de Freguesia poderia disponibilizar, de forma a, pelo menos em Alvalade, não haver tanto transtorno com a testagem. -----

----- Sabia-se que era uma Freguesia com muitos idosos. A si custaria passar uma tarde de pé à porta de uma farmácia para fazer um teste, nem queria imaginar com pessoas de idade e com problemas até de locomoção. Por não conseguirem estar de pé tantas horas numa fila de espera sem qualquer apoio, acabavam por desistir e não ser testadas. -----

----- Deixava esse apelo, que se tentasse verificar de que forma a Junta de Freguesia podia ajudar os centros de testagem e as farmácias da Freguesia. -----

Pedindo o uso da palavra, foi concedido ao Membro do PS. -----

----- **Membro José Ferreira (PS)** disse que mais uma vez faria um resumo histórico, visto que não acompanhavam a vida da Freguesia e não tinham essa atenção. -----

----- Realmente o relvado da Alameda tinha passado para a competência da Junta de Freguesia em 2013, aquando da reforma administrativa. A Junta de Freguesia recebeu um conjunto de espaços verdes que eram competência municipal, com a reforma administrativa passaram a ser competências das Juntas de Freguesia, entre os quais o relvado da Alameda. -----

----- Com as competências passaram-se também os recursos para fazer esse trabalho, fosse da manutenção ou da rega. Era o trabalho de manutenção que estava sob a responsabilidade da Junta de Freguesia de Alvalade. Foi feito um auto, era um documento público e estava lá marcado esse território. -----

----- O relvado da Alameda era um lugar icónico da Freguesia e a Junta de Freguesia com certeza iria continuar a fazer essa manutenção.-----

----- Disse que nem sempre as campanhas de rega eram iguais em todos os anos, dependia dos anos, se chovia mais ou menos. Não era sempre o montante que foi indicado, fazer a conta direta não era correto. -----

----- A CML tinha e pensava que continuaria a ter esse projeto, embora não tivesse verificado a sua continuidade, mas ainda não lera com atenção as GOP da CML, da rede de água reciclada que estava a ser implantada na cidade e em 2024 chegaria à Alameda porque ia servir o hipódromo, o Estádio Universitário e a Alameda da Universidade. A água reciclada que ia das ETARS e era usada para regas e lavagem de rua, depois seguiria para a Segunda Circular, para fazer a rega do Estádio de Alvalade e os parques no Lumiar, bem como para o jardim do Campo Grande. -----

----- A solução seria para obter poupança do ponto de vista económico e do ponto de vista de não consumir água da EPAL para fins de rega. -----

----- Os espaços verdes de Alvalade valorizavam o território e eram uma marca da Freguesia. Alvalade, como por exemplo os Olivais, tinha espaços verdes de proximidade que valorizavam o território e isso era uma mais valia, não era uma menos valia. Não era uma dificuldade, era uma coisa que valorizava o território de Alvalade, valorizava a vida quotidiana dos alvaladenses, quem lá trabalhava e visitava. Não sabia bem como se imaginava Alvalade sem os seus jardins de proximidade. -----

----- Tinha-se ouvido uma proposta surpreendente do Membro Nuno Lopes para se acabar com o lago do Largo Feitor Pinto. O local era icónico de Alvalade, identificava imediatamente a Freguesia e o comércio de Alvalade. Havia fotografias lindíssimas que todas as semanas surgiam da igreja, do largo, do lago. Não sabia bem como se

propunha acabar com aquilo que os identificava, como pessoas que viviam e gostavam de Alvalade. Eram opiniões que tinham de se ouvir, apesar de não concordar e esperava que o Executivo também não concordasse com o Membro Nuno Lopes e sim consigo. Tinha essa esperança.-----

Pedindo o uso da palavra, foi concedido ao Senhor Vogal do Executivo.-----

----- **O Senhor Vogal do Executivo Hélder dos Santos** disse que tinha pedido a palavra porque se sentia na obrigação de esclarecer uma questão colocada por escrito pelos Membros do PS. Não se queria debruçar sobre a Informação Escrita, porque estava escrita e podia ser consultada, ficando disponível para responder às questões dos seus pelouros, sistemas de informação, segurança e proteção civil, mas ainda não houve possibilidade de debruçar sobre as questões colocadas pelos Membros do PS e aproveitava a oportunidade para esclarecer.-----

----- A pergunta específica estava no ponto 2, o Plano Plurianual de Investimentos, era pedida uma explicação sobre o ponto 03 de equipamento informático, se tinha ou não a ver com as GOP, onde se falava de projetos de formação e de software.-----

----- Aproveitava para clarificar que essa verba foi projetada maioritariamente para fazer face à obsolescência do equipamento informático, para comprar novos computadores, novos equipamentos de conectividade, routers, switchs, hubs e armazenamento de dados no servidor. Não constava nessa rubrica nenhuma verba para fazer face a despesas com software, que se encontravam nas rubricas de despesas correntes e que já iam de outros anos.-----

Pedindo o uso da palavra, foi concedido ao Membro do MMA.-----

----- **Membro Nuno Lopes (MMA)** disse que o Membro José Ferreira do PS respondia sempre um pouco esguiamente às questões e não correspondia à verdade.-----

----- Os jardins sempre pertenceram à Reitoria, da mesma forma que o jardim do Campo Grande. Com a agregação das Freguesias, se fosse assim, o jardim do Campo Grande podia ter ficado com a Junta de Freguesia de Alvalade e não ficou, era da responsabilidade da Câmara. Da mesma forma que os jardins da Reitoria podiam ter ficado da Reitoria, como eram, porque era um espaço da Reitoria, que tinha um orçamento independente da Junta de Freguesia, se calhar até maior do que o da Junta de Freguesia de Alvalade.-----

----- Não se iria alongar mais sobre essa questão porque depois entravam em ping-pong.

----- Relativamente ao lago do Frei Heitor Pinto, achava estranho o comentário do Vogal José Ferreira. O PS tinha um projeto de um parque de estacionamento exatamente para ali e o lago não ia com certeza ficar. A questão era que já tinham um lago no jardim do Campo Grande e ao longo dos oito anos inclusivamente fez-se um vídeo, viu-se o dinheiro que se gastou, porque aquilo tinha duas bicas a correr e num minuto eram três litros que iam para o esgoto. O anterior Executivo não se acautelou disso e, portanto, não era um Executivo amigo do ambiente.-----

----- A si não chocava e dizia a toda a gente que já tinham um lago no Campo Grande. Podia ser ícon, mas havia mudanças e era para isso que estavam ali a mudar Alvalade, para que as coisas mudassem para melhor. Em termos de ser amigos do ambiente propunha-se que fosse um espaço verde, era isso que tinha dito e que o Membro José Ferreira esqueceu de dizer.-----

Pedindo o uso da palavra, foi concedido ao Membro do PS.-----

----- **Membro José Ferreira (PS)** disse que havia falta de algum conhecimento.-----

----- Os espaços verdes em Lisboa eram classificados como estruturantes ou não estruturantes, a competência legal da CML era sobre os espaços verdes estruturantes, os espaços verdes não estruturantes eram da Junta de Freguesia. Sucedia que o relvado não era da Reitoria, era da Câmara Municipal e que fazia a manutenção. Como não foi

classificado como estruturante, como por exemplo o jardim do Campo Grande e o parque José Gomes Ferreira, que a Junta de Freguesia fazia por delegação de competências, que ficaram na Câmara e que depois foi decidido delegar na Junta, mas a competência era da Câmara. Se a Junta não aceitasse a delegação de competências retornava para a Câmara, que tinha a competência legal. -----

----- O relvado da Alameda não era da Reitoria e nunca foi desde 2013. O problema era que a opinião enfermava de um erro por falta de conhecimento. Compreendia que era difícil essas questões todas da reforma administrativa e nem todos tinham essa capacidade. -----

----- Tinha ficado um projeto a correr para desenvolver um sistema de reciclagem de água no lago do Largo Feitor Pinto, tanto que no Plano de Atividades da Junta de Freguesia apresentado e aprovado na passada sessão isso estava lá escrito. De todo o modo, esse lago ia ficar com o estacionamento que seria na parte asfaltada. O jardim mantinha-se, o lago mantinha-se e não havia alteração nesse sentido. -----

Pedindo o uso da palavra, foi concedido ao Senhor Presidente da Junta. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** referiu que algumas das respostas poderiam ser dadas mais detalhadamente por escrito, para não estarem ali a perder mais tempo. -----

----- A atividade da Junta, do atual Executivo, tinha agora as ferramentas mais adequadas para desenvolver o seu projeto, que não teve nos dois meses anteriores. Como sempre tinham dito, as autarquias não eram de ninguém e deviam assegurar a continuidade, não devia haver o princípio do vazio e haver a tentação de mudar tudo só porque mudavam os titulares responsáveis. Havia muitas situações que iriam continuar, pela natureza das coisas e pelas próprias competências das Juntas. -----

----- Acreditava sempre que haveriam de ter melhores, que haveria inovação, outros candidatos e novos projetos. O mundo não era estático e outras necessidades surgiriam e era nesse sentido que tinham de trabalhar. -----

----- Por exemplo, na próxima reunião do Executivo, para além das matérias obrigatórias e necessárias para dar resposta porque os serviços assim requeriam, havia determinados documentos que tinham de ser aprovados e assinados, iam também começar a assumir responsabilidades quanto às GOP e ao Plano de Atividades que se apresentou aos cidadãos de Alvalade e que pelos seus representantes diretos foram aprovados. -----

----- Nesse sentido, foi assumido como necessidade e uma prioridade, de desenvolver um projeto de transparência, mas o conceito de transparência muitas vezes não era coincidente e ainda bem que não era. Não ia mudar aquilo que pensava só para agradar, o seu não era coincidente com o da CDU. O plano de transparência não tinha nada a ver com essa visibilidade quase pornográfica, não ia atuar assim e ia respeitar estritamente as obrigações e proceder de acordo com aquilo em que acreditava, com os princípios que tinha. O cidadão julgaria por aquilo que esperava da sua atividade responsável na Junta.

----- Um dos projetos que iriam já desenvolver era precisamente reformular com especialistas. Não fazia sentido que houvesse um especialista permanente, um web designer ou o que fosse que era preciso reformular um site de vez em quando para dar mais visibilidade, maior atratividade, mais facilidade de leitura, mais informação, teriam um projeto de dois a três meses no máximo, que permitisse tornar mais transparente a informação, de maior leitura, que não fosse preciso ser licenciado ou muito habituado a lidar com as redes sociais para se ter um acesso rápido à informação.

----- Depois de si haveriam de aparecer melhores, havia sempre necessidade de melhorar a informação, mas esse era o primeiro passo que tinham que dar, até para dar resposta aos compromissos assumidos e que estavam em várias propostas destacadas

por várias forças políticas, nomeadamente da IL. Acolheriam esse destaque como prioridade e iam já avançar. -----

----- Na questão dos assessores parecia haver atualmente um princípio de desconfiança permanente. Não ia deixar de desenvolver os projetos apresentados aos cidadãos com medo de ser julgado por ter um assessor ou ter dois, vinte ou quarenta, porque nem sequer veriam isso no quadro de transparência. Assessores no sentido lato, de natureza política, havia uma componente política num ou noutro caso, mas era necessário pessoas que percebessem, que soubessem e tivessem provas dadas em determinadas matérias que pela natureza das competências da Junta e pelo trabalho permanente e duradouro pudessem ajudar.

----- Não fazia sentido que as Juntas tivessem permanentemente alguém especialista do que se passava na arte pública no mundo inteiro, que conseguisse captar projetos de produção cultural. Não fazia sentido que a Junta tivesse permanentemente especialistas da Ordem dos Médicos, especialistas em gerontologia ou em psicologia para ajudarem a fazer projetos, mas se fosse preciso contratar iam contratar durante aquele período para aquele projeto, porque ninguém na Junta tinha essa capacidade e a Junta não deixaria de cumprir o seu programa só porque não tinha essa capacidade e assumia que precisava de um assessor. Depois seriam avaliados e julgados pelos cidadãos, mas sempre num quadro de transparência. -----

----- Uma coisa era a necessidade de uma assessoria especializada num domínio mais habitual, não devia ser muito dispendioso, outra coisa era um especialista catedrático em medicina e saúde pública, os valores não eram os mesmos. Tinha que se tratar diferente o que era diferente e assim iria atuar. -----

----- Quanto ao Mercado de Natal, era também um compromisso desde a campanha eleitoral que nada fariam sem ouvir as pessoas, porque eram as que podiam ser diretamente prejudicadas pelas boas intenções que pudesse haver. Eram quem conhecia a realidade no terreno e que sentiam mais diretamente as necessidades e, portanto, só por desrespeito com o cidadão a Junta podia pensar que era melhor do que eles para encontrar uma resposta às necessidades. -----

----- Havia um enquadramento legal e limitações para atuar, mas nada seria decidido quanto ao futuro do Mercado de Alvalade, por exemplo, e outras atividades sem primeiro promover reuniões com os comerciantes. Aliás era um compromisso assumido e era isso que queriam fazer. Se eles não tivessem disponibilidade iria um a um, porta a porta, porque não fazia mais do que a sua obrigação falar com o maior número possível de pessoas que tinham legítimos interesses em ver defendidos os seus pontos de vista.

----- Quanto às questões dos espaços verdes, também achava que precisariam de alguma reflexão. Eram favoráveis, sabia que tinham limitações quanto à promoção e até algum apoio direto na promoção da utilização de terrenos pendentes e logradouros para fomentar hortas, jardins ou qualquer outra atividade que valorizasse a vida da comunidade e do espaço público em si mesmo, com componentes ambientais e ecológicas inquestionáveis. -----

----- Sempre que fosse possível fazer iriam seguir os bons exemplos das outras Juntas e do Executivo anterior, em que alguns projetos foram muito bem desenvolvidos, nomeadamente o das hortas, mas havia sempre possibilidade de acrescentar e melhorar, até porque iam aprendendo com os outros e vendo bons projetos a serem desenvolvidos. Tinham que ter essa mais valia de ver a experiência dos outros e aproveitar. -----

----- Quanto aos testes, era uma matéria que queriam apoiar, mas tinham que ter cuidado com o enquadramento legal e também com a atividade das farmácias e os seus legítimos interesses. Havia um certo número de testes gratuitos em que as farmácias tinham um papel decisivo, para além dos postos que havia no Cais do Sodré e em vários

sítios apoiados pela Câmara de Lisboa, mas seguindo alguns exemplos de outras Freguesias de todas as cores políticas procurar desenvolver uma maior capacidade de oferta. -----

----- Havia já uma reunião marcada com entidades da saúde ou farmacêuticas, para ver se podiam em colaboração e nunca em concorrência, respeitando as pessoa que trabalhavam e desenvolviam a sua atividade porque o serviço público devia ser complementar e não concorrencial, tentariam promover uma oferta maior de acordo com o quadro legal e levando em linha de conta os interesses dos serviços prestados em Alvalade. -----

----- Por exemplo na Avenida da Igreja, por altura do Natal, estava um contentor em frente à farmácia, sabia que na Avenida de Roma também estava um contentor em frente à farmácia, por sua iniciativa. Podia-se promover a existência de outros contentores e era nesse sentido, no respeito de todos e para melhor servir a população que iam fazer uma reunião já na próxima semana. -----

----- Disse que iria responder por escrito à CDU, mas já sabiam a sua posição de princípio. Nunca se acharia superior ao quadro legal nem àquilo que os outros faziam e havia coisas que para si eram questões de princípio. -----

----- Os órgãos eram completamente autónomos. A gestão da coisa pública não dependia de simpatias, não estavam ali a ser candidatos a relações públicas, tinham a obrigação de servir as pessoas de acordo com as convicções e princípios, sendo que esses para si eram inegociáveis. Não acreditava, daquilo que leu e não foi pouco, na questão da transparência como um *big brother*. Sabia haver cerca de trezentos municípios e mil e tal freguesias e não tinha a pretensão de ser melhor que mais de metade deles e, portanto, iria assumir frontalmente perante todos que não concordava com essa metodologia. Ainda por cima a Lei protegia-o. -----

----- Não conhecia nenhum governo ou órgão executivo que fizesse isso todos os dias e não era por falta de transparência. Não ia ser populista nessa matéria, havia muito populismo misturado e não ia por aí. Seria avaliado pelos cidadãos, mas era um princípio de que não ia abdicar nunca. -----

Pedindo o uso da palavra, foi concedido ao Membro do BE. -----

----- **Membro José Rodrigues (BE)** disse que tanto a CDU como o BE, e pensava que o PS, queriam perceber se iriam ter resposta às questões escritas dirigidas ao Executivo e quando. Tinha ouvido só à CDU. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que seria a todos, não estaria no espírito do Executivo fazer qualquer tipo de discriminação e com certeza responderia a todos. Se não o fizesse, ali estaria para cumprir a Lei e o Regimento mais uma vez, perguntando ao Senhor Presidente da Junta onde estavam as respostas às perguntas feitas. -----

Não havendo mais pedidos de intervenção deu por encerrado este Ponto. -----

----- Submeteu à votação a **Ata em Minuta** relativa à presente reunião, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- Deu por encerrada a sessão. Eram zero horas e quarenta minutos do dia 7 de dezembro de 2022. -----

----- Da sessão foi lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros da Mesa presentes. -----

1º.SECRETÁRIO _____ 2º.SECRETÁRIO _____ -

-----O PRESIDENTE-----